

Revista **Socialismo e Liberdade** n°21 | 2018

Abolição, 130: o que falta para ela ser plena?

Rio, a intervenção escolhe seus alvos

68, um ano, cinquenta anos

A prisão de Lula e a América Latina

“Nosso projeto não acaba nas eleições”

Guilherme Boulos afirma que sua pré-candidatura é fruto de uma decisão coletiva e que não há mais como se fazer políticas sociais sem combater privilégios. “O Estado está sequestrado pelas grandes corporações, pelos bancos, pelos interesses econômicos e está fechado para a participação popular”

Quem matou Marielle?

Pobre, negra, favelada e lésbica. Por que a corajosa vereadora foi assassinada em meio a uma intervenção militar que não disse a que veio?





Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores

Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal

Presidente: **Alexandre Varella**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial

**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luíza Coppieters, Mário Azevedo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Ricardo Pessetti**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
EU SOU PORQUE NÓS SOMOS _____	4
Débora Camilo	
ENTREVISTA COM GUILHERME BOULOS _____	6
Francisvaldo Mendes e Gilberto Maringoni	
A DEMOCRACIA SOB RISCO _____	14
José Luís Fevereiro	
A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO NÃO É NOVIDADE _____	18
Ivan Seixas	
A FEDERAÇÃO DE FAVELAS E A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO _____	21
Andrea Penna	
CRISE FISCAL, SURTO DE VIOLÊNCIA OU PROJETO ESTRUTURAL? _____	23
David Deccache	
E SE ACABAREM COM O TEU CARNAVAL? _____	27
Rosa Maria Marques	
REFORMA TRABALHISTA	
OS EFEITOS DA REFORMA TRABALHISTA SERÃO SENTIDOS MAIS ADIANTE _____	31
Clemente Ganz	
IMPOSTO MODESTO E HONESTO _____	32
João Franzin	
O FIM DO IMPOSTO SINDICAL É RUIM PARA OS TRABALHADORES? _____	33
Armando Boito Jr.	
ABOLIÇÃO 130 ANOS: NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE _____	34
Regina Claro	
ESPECIAL 1968	
1968: RAÍZES E LEGADO _____	41
Milton Temer	
“OS ANOS 1968-1972 ESTÃO BEM LONGE!” _____	46
François Chesnais	
ALAIN KRIVINE: UMA GRANDE EXPLOÇÃO SOCIAL _____	49
Entrevistado por Joana Benario	
A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NOS PROTESTOS _____	50
Michael Löwy	
PARA ONDE VAI A ECONOMIA MUNDIAL? _____	51
Michael Roberts	
FIM DE UM CICLO NO CONTINENTE? _____	55
Gilberto Maringoni	



E D I T O R I A L

Assumimos a direção da Fundação Lauro Campos com o desafio de continuar o trabalho realizado e avançarmos em atividades de formação política e fortalecendo um ambiente para a difusão do conhecimento. O objetivo maior é ampliar o repertório político-teórico para enfrentar e transformar a sociedade na qual vivemos. Nesse sentido, a revista da fundação é um espaço para a participação ativa de toda a militância de esquerda e do PSOL.

Iniciamos esta edição com a contribuição da companheira Debora Camilo que aborda a dura perda de Marielle Franco e nos incentiva a investir na luta. Marielle segue viva! Sua chama de luta e organização contra todas as injustiças é exemplo da ampliação da potência revolucionária dos setores populares do Brasil.

Apresenta-se a aliança entre PSOL e movimentos sociais e em especial o MTST, que germinou nas pré-candidaturas de Guilherme Boulos e Sonia Guajajara para a disputa presidencial. Boulos significa a renovação política, por suas ideias e práticas na luta em defesa do povo, principalmente os mais pobres. A chapa, fortalecida por Guajajara, indígena, ativista e intelectual, fortalece as bases para incrementar a organização popular e a superação das desigualdades.

Jose Luís Fevereiro, em seu colóquio sobre a democracia em risco, mostra como a supremacia do mercado e a meritocracia como política de Estado tende a enfraquecer poderes eleitos. Essa situação favorece a politização do judiciário, no intuito de desmoralizar a política como essência do ser humano.

Há uma série de matérias sobre o Rio de Janeiro. Ivan Seixas, em seu artigo sobre a intervenção militar evidencia que estamos diante de um show pirotécnico sem qualquer base científica de inteligência. Seu objetivo é intimidar o povo pobre, violando leis do Estado democrático de direito. Andrea Penna complementa a reportagem, destacando que a operação militar está limitada às favelas, com a desculpa de combate ao crime organizado e às drogas. David Deccache desvenda a crise carioca como produto de projeto construído no bojo de um choque de caos econômico e violência social.

Brilhantemente, Rosa Maria Marques demonstra que o governo atual tem um projeto de destruição do Estado brasileiro e, para que isso ocorra, imple-

menta a retirada das conquistas institucionais garantidas na Constituição de 1988.

Entre os ataques à Carta Magna está a reforma trabalhista, aprovada em 2017. Clemente Ganz, diretor técnico do Dieese, afirma não conhecer precedentes de tamanha regressão social em um país com as dimensões do Brasil, uma das maiores economias do planeta. Tal investida será sentida a longo prazo, situação na qual a sociedade amargará a corrosão de seu tecido social e as entidades sindicais viverão maiores dificuldades de reação.

João Franzin e Armando Boito Jr. debatem sobre o papel do imposto sindical e a importância ou obstáculos que colocam para a classe trabalhadora.

Apesar da conjuntura que vivemos, não podemos perder a perspectiva histórica, e o mês de maio nos ensina muito, como nos esclarece Regina Claro ao abordar os 130 anos da Abolição e a luta e a organização do povo negro para superação do racismo, em busca do reconhecimento do negro como sujeito histórico fundamental.

O ano rebelde de 1968 completa 50 anos. Milton Temer aborda a França de 1968 e destaca a participação e a anti-tutela das organizações existentes, como forma de afrontar as imposições estruturais da sociedade. Para ele, as mobilizações de meio século atrás, em termos coletivos, pouco contribuiu para um resultado político que reorganizasse a ordem vigente. Francois Chesnais em entrevista exclusiva - destaca a participação dos trabalhadores em greves e ocupações de fábricas francesas naquele ano. Por sua vez, Michael Lowy destaca a influência dos acontecimentos nesse episódio no movimento cultural de maneira geral.

No quesito Economia Internacional, Michael Roberts lembra que precisamos nos capacitar para enfrentar, de maneira lúcida, em escala global, as oscilações econômicas, estreitamente ligadas ao imperialismo dos EUA.

Por fim, Gilberto Maringoni busca avaliar os rumos políticos da América Latina no bojo de outra efeméride, os vinte anos da primeira eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela.

Ótima leitura!

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos



Eu sou porque nós somos

Morta, Marielle vira uma estrela de primeira grandeza, com voz mais alta e mais forte na defesa dos de baixo. Marielle são milhões

Débora Camilo

Marielle Franco chegou ao mundo com marcas da opressão e da violência. Era uma mulher negra, nascida e criada na favela da Maré, em uma sociedade radicalmente desigual, construída sobre a escravidão do povo negro, estruturada em uma cultura machista, patriarcal e com um ódio de classe latente.

Marielle compartilha uma história de brutalidade e repressão com milhares de outras mulheres. Marielle representa também minhas demandas de negra, periférica e socialista. Para alguém assim, tudo

é mais difícil: trabalhar, estudar e mesmo militar politicamente.

Marielle, foi mãe aos 19 anos, frequentou curso pré-vestibular comunitário, assim como eu e tantas e tantas. A sua não é uma história de superação individual e nem uma narrativa sobre "meritocracia". É uma vivência de projetos coletivos de enfrentamento de desigualdades e imposições de cima.

PROJETOS COLETIVOS

A violência trouxe Marielle à militância, após a morte trágica de uma amiga, vítima de bala perdida em confronto entre

policiais e traficantes. E a violência tirou Marielle da militância. A execução, o crime político matou fisicamente a afrossocialista da Maré.

A luta coletiva fez a preta favelada, bolsista ProUni, se tornar socióloga, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A mulher de pele escura foi mais longe e quebrou as estatísticas, concluindo o mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela levou a pauta da favela para os espaços privilegiados da Universidade ao defender a dissertação "UPP: a redução da favela em três letras".

dora e fez do PSOL sua trincheira. O reconhecimento veio através dos 46.502 votos recebidos em 2016 para o cargo de vereadora, a quinta maior votação da cidade do Rio de Janeiro.

No plenário da Câmara dos Vereadores, a menina da Maré fez ecoar vozes silenciadas, enfrentando uma estrutura machista, com ódio a tudo que ela representava. Como parlamentar, insistiu na criação de políticas públicas que garantissem vida digna para os historicamente marginalizados.

Marielle denunciou e combateu o modelo falido de segurança pública que vitima pobres, periféricos e agentes de segurança. É um modelo que garante a prevalência de um pequeno grupo no poder e que utilizou do arbítrio para um presidente da República ilegítimo decretar intervenção militar no estado do Rio de Janeiro.

OS QUE A TEMEM

Na noite de 14 de março, quatro tiros fizeram Marielle tombar. Foram quatro projéteis disparados pela vontade de poderosos que temem tudo o que ela representa.

Marielle era uma mulher que tinha cor, filha, companheira, partido e lado. Tentaram calá-la em vão. Sua voz e determinação se ampliaram e ganharam mundo

A sucessão de asperezas que assinala a vida de Marielle, somada à sua formação acadêmica, possibilitou a realização de trabalhos exemplares em organizações da sociedade civil e na coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Essas tarefas foram realizadas juntamente com o deputado estadual Marcelo Freixo, personagem de outra vivência moldada pelo enfrentamento às nossas mazelas ancestrais.

TRINCHEIRA E RECONHECIMENTO

Marielle consolidou sua trajetória pausada pelos interesses da classe trabalha-

Executaram quem ousou organizar os de baixo contra o sistema. Esses mesmos poderosos fulminaram, com três balas nas costas, Anderson Pedro Gomes, marido, pai e trabalhador que, como muitos brasileiros, lutava por uma vida melhor.

Não contentes com a eliminação física de Marielle, seus assassinos tentaram matar sua história e sua honra. Buscaram implantar o medo em todas e todos que ousam acreditar que outro mundo é possível.

O Brasil passa por um período de recrudescimento da repressão, de criminalização dos movimentos sociais, de intenso ataque a direitos historicamente conquistados e de perseguição aos que se batem por uma sociedade justa.

Os crimes cometidos durante a ditadura militar, cujos autores nunca foram punidos, revelam o triste e trágico histórico de que assassinatos de militantes de esquerda sempre foram prática comum na tentativa de conter a luta coletiva, organizada e classista.

NÃO FOI CRIME COMUM

A morte de Marielle não foi crime comum e não entrará para a estatística das milhares de mortes brutais que ocorrem cotidianamente em nosso país. Como Helenira Resende e Alceri Maria, executadas durante os anos de chumbo, a vida de Marielle foi ceifada por ser ela de esquerda e porque lutava pelos seus iguais.

Marielle era uma mulher que tinha cor, filha, companheira, partido e lado. Tentaram calá-la em vão. Sua voz e determinação se ampliaram e ganharam mundo. Marielle não é uma. São todas e todos os inconformados que vão à ação.

O que se viu após o fuzilamento no centro do Rio foi surpreendente. Milhares de pessoas, mesmo corroídas pela dor, encontraram forças para sair às ruas, enfrentar seus executores e dizer que a luta de Marielle está maior, mais forte e mais determinada, rumo a uma sociedade livre, justa e igualitária.

MARIELLE E ANDERSON PRESENTES, HOJE E SEMPRE!



Débora Camilo é advogada

“Só teremos avanços sociais se enfrentarmos os privilégios do andar de cima”

Guilherme Boulos

Pré-candidato do PSOL à presidência da República

Na ocupação “Povo sem medo”, em São Bernardo do Campo (SP)

Entrevista à Francisvaldo Mendes e Gilberto Maringoni

Guilherme Boulos é um dos mais importantes dirigentes sociais brasileiros. Ao longo de duas décadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no qual milita, se firmou como resposta representativa à crônica carência de pelo menos 6,2 milhões de moradias para famílias pobres em nosso país. Nessa condição, Boulos foi escolhido pré-candidato a presidente da República pelo PSOL, em inédita aliança com movimentos sociais. Em uma tarde quente e abafada de março, Guilherme Boulos concedeu, no centro de São Paulo, a entrevista que se segue.

Por que motivo as pessoas devem votar em você?

Porque temos um projeto popular para tirar o país deste atoleiro e sabemos que ele só é possível com uma nova forma de fazer política. Com as maiorias sociais. Este é o sentido da nossa pré-candidatura.

O Brasil vive uma crise profunda e é preciso construir saídas políticas e democráticas. É necessário colocar o dedo na ferida de algumas questões fundamentais: o tema da desigualdade e o tema da democracia. O Brasil permanece sendo um dos países

mais desiguais do mundo. Para se ter avanços nos direitos sociais, hoje, é preciso enfrentar privilégios. É preciso questionar um sistema tributário injusto, em que os ricos praticamente não pagam impostos, pagam proporcionalmente muito menos do que os pobres e do que a própria classe média. Quem tem um carro velho paga o IPVA no começo do ano e quem tem um jatinho ou uma lancha não paga nada. Um trabalhador paga 7,5%, 15%, até 27,5% de imposto de renda, enquanto o Joesley Batista, de R\$ 100 milhões que ganhou no ano passado, pagou R\$ 300 mil, pois não há tributação de lucros e dividendos no Brasil. Não vai haver emprego, não vai haver saúde, não vai haver educação se não houver políticas públicas de investimento, se o Estado não recuperar a sua capacidade de investir. E o Estado só pode recuperar sua capacidade taxando quem tem muito.

Em relação ao tema democrático, nós vivemos em um momento de muita desilusão, de muita desesperança no país. As pessoas não acreditam mais em saídas políticas. E, convenhamos, elas têm razão para estarem descrentes, pois esse sistema político não representa as maiorias. O Estado está sequestrado pelas grandes corporações, pelos bancos, pelos interesses econômicos e está fechado para a partici-

O Brasil vive uma crise profunda e é preciso construir saídas políticas e democráticas. É necessário colocar o dedo na ferida de algumas questões fundamentais: o tema da desigualdade e o tema da democracia

Periferia, militância e psicanálise

QUEM É

Guilherme Boulos, 35 anos, formado em Filosofia na USP, com extensão de Psicanálise na PUC e mestrado em Psiquiatria na USP.

HISTÓRIA

“Eu comecei a militar aos 15 anos, no movimento estudantil secundarista. Muito moleque ainda fui aprendendo a me indignar. Tive uma militância partidária, na União da Juventude Comunista (UJC), e no movimento estudantil, que é aquela miríade de partidos e correntes. Uma coisa começou a me incomodar profundamente. Era ver um monte de gente falando em nome do povo, apresentando os melhores programas para o povo, apresentando as soluções para a vida

do povo, mas nenhum ali se dispunha a ouvir o povo. Nenhum ali se dispunha a estar junto com o povo e a lutar junto com as pessoas.

Isso fez com que eu buscasse outros caminhos. Entrei para o MTST em 2001, com 18 anos e fui morar em uma ocupação no ano seguinte. Construí a minha vida no movimento, onde me casei, tive minhas filhas e construí minhas amizades”.

ONDE VIVE

“Moro na periferia de São Paulo. Vejo gente, especialmente nas redes sociais, questionando minha atuação no movimento sem-teto por não ter origem ali. Acho que o problema não é ter pessoas que encampem as causas populares e dediquem suas vidas a elas. O grande problema da esquerda é ter um monte de gente que não se dispõe a ir para a periferia fazer trabalho de base”.

ALÉM DA MILITÂNCIA, O QUE FAZ

Quando eu me interessei pela psicanálise, já estava na militância. Dou aula em um curso de especialização de psicanálise e liderança, para gestores da área de saúde. Neste ano não vai ter como...



VENINIA/ODIM

pação popular. Democracia não pode ser só apertar um botão a cada quatro anos e não decidir mais nada. Democracia deve significar ter o povo no tabuleiro para fazer política de outro jeito. As pessoas poderem decidir sobre os assuntos fundamentais por meio de plebiscitos, de referendos.

Você é um dirigente social de larga projeção e sai dessa condição para ser uma liderança política, com os riscos que tal condição acarreta. Como isso se deu?

Eu não faço voo solo. Uma decisão como essa foi tomada junto com meus companheiros e companheiras do MTST, avaliando passo a passo o que isso significaria para o movimento e o que isso significa para o projeto de mudança em que nós acreditamos. O contexto do golpe criou no país uma situação em que não é mais possível para um movimento social ficar só no seu quadrado. Se o MTST ficasse falando só de moradia, além de não conseguir moradia, ia ser atropelado pela luta política que se estabeleceu no país. E o movimento ousou e se desafiou a entrar em uma disputa mais ampla. Isso não aconteceu agora. Foi há alguns anos, quando a gente resolveu impulsionar a Frente Povo Sem Medo e se colocar na linha de frente contra o golpe, contra as reformas do Temer e em defesa dos direitos. Havia riscos. Se o movimento pensasse apenas na sua pauta corporativa, poderia ficar quietinho, conseguir umas migalhas de moradia aqui e acolá, e não entrar na batalha maior. Isso seria um erro, pois quando você se rende, fica refém do favor dos outros. Nosso movimento nunca precisou de favor, sempre lutou para

ter conquistas. Em segundo lugar, não queremos olhar para trás daqui a vinte anos e ver apenas alguns conjuntos habitacionais. Achamos que a potência que o nosso movimento representa deve levar a um projeto de mudança. Depois da Frente Povo Sem Medo, nós ainda impulsionamos a plataforma Vamos, em que não era mais apenas unidade nas lutas e nas mobilizações, mas era debater um projeto de país de forma ousada, nas praças. Foram mais de 50 debates em todas as regiões do Brasil, com mais de 150 mil pessoas participando pela plataforma virtual. Estreitamos uma aliança e uma relação com o PSOL e com uma série de movimentos sociais de outros setores da sociedade, e foi daí que surgiu a proposta de uma pré-candidatura à presidência da República. O projeto que nós estamos construindo não termina em outubro deste ano.

E por que o PSOL?

Nessa caminhada, fomos construindo a aproximação com o PSOL por uma série de razões. Primeiro, por uma identidade de posição na conjuntura. O partido, assim como o MTST, se colocou contra o golpe e, ao mesmo tempo, não deixou de criticar as posições que o governo Dilma tomou, em especial botando Joaquim Levy no Ministério da Fazenda e fazendo o ajuste fiscal. Depois, estivemos juntos na oposição decidida, de rua, de resistência ao governo Temer e às suas reformas. Novamente, as posições se aproximaram na defesa do direito de Lula ser candidato, sem que isso signifique adesão ao seu programa. Há, sobretudo, uma compreensão comum, que

se expressou na plataforma Vamos, de ser preciso pensar um novo projeto de esquerda para o país. Um projeto que, ao mesmo tempo, seja capaz de reconhecer avanços que ocorreram nas experiências de 13 anos do governo do PT, mas que também seja igualmente capaz de apontar seus limites e fazer a crítica. Hoje não há mais espaço para um país de um ganha-ganha. Não há mais bases reais para a estratégia de conciliação. Não tem mais como fazer mais política social só com manejo orçamentário, sem enfrentar privilégio.

Nós vivemos em um momento de muita desilusão, de muita desesperança no país. As pessoas não acreditam mais em saídas políticas. E, convenhamos, elas têm razão para estarem descrentes, pois esse sistema político não representa as maiorias. O Estado está sequestrado pelas grandes corporações, pelos bancos, pelos interesses econômicos e está fechado para a participação popular

Como você vê o papel do Lula na conjuntura?

Gostem ou não do Lula, é inegável que ele é a maior liderança social do país. Eu tenho diferenças políticas com o Lula. Aliás, diferenças que tive a oportunidade de colocar para ele em diferentes ocasiões. Não dá para aceitar que, depois de um golpe, o PT não aprenda as lições desse processo e vá fazer aliança com Renan Calheiros em Alagoas, com Eunício Oliveira no Ceará, e queira recompor um modelo de governabilidade que faliu. As críticas aos limites que tenham as experiências de 13 anos de governos do PT nós do MTST sempre fizemos. Mas, da mesma forma que é um equívoco profundo dizer que “quem critica faz o jogo da direita”, é um equívoco profundo também só ver diferença e ter a incapacidade de enxergar pontos de acordo no enfrentamento ao golpe e na defesa democrática.

Sua relação com o Lula é mais atritada ou mais de entendimento?

Acho que de tudo que nos diferencia da direita, a generosidade e a solidariedade são as principais. Temos de saber separar diferença política e crítica de uma linha de ataque e destruição do outro. Eu tenho uma relação de respeito e admiração pelo Lula, sem que isso tenha me impedido jamais de fazer as críticas políticas a ele e demarcar as diferenças. O Lula está sofrendo um massacre, uma perseguição judicial. Eu não vou deixar em nenhum momento, mesmo com as diferenças políticas, de me solidarizar a ele. Assim como não me furtei a assumir o desafio de estar à frente de uma Aliança que apresenta um projeto novo para a esquerda brasileira. É preciso ter maturidade e separar as coisas. Mover-se por ressentimento nunca ajuda na política ou na vida.

Uma das críticas que se faz à Dilma é que ela foi presidenta da República sem nunca ter tido um mandato eletivo. Você tem uma tremenda experiência social, mas também não passou por essa experiência. Como vê um futuro governo do PSOL?

Primeiro, se experiência na vida política partidária fosse atestado de bom governo, o Temer seria o melhor presidente da história do Brasil. Há 50 anos ele está no jogo político partidário e é um desastre nacional. Acho que, para fazer um governo como nós queremos, de transformação profunda

O contexto do golpe criou no país uma situação em que não é mais possível para um movimento social ficar só no seu quadrado. Se o MTST ficasse falando só de moradia, além de não conseguir moradia, ia ser atropelado pela luta política que se estabeleceu no país. E o movimento ousou e se desafiou a entrar em uma disputa mais ampla



MÉDIA NINJA

da sociedade, ter uma experiência de 15 anos em ocupações de terra, convivendo, lutando e ouvindo as pessoas, não é menos importante do que ter uma experiência na política partidária.

O campo democrático nunca teve maioria parlamentar no nosso país. As oligarquias e os interesses econômicos, com as suas bancadas, sempre controlaram o Congresso. Se a gente parte da equação de que o único jeito de sustentar um governo é se basear no Legislativo, neste modelo de governabilidade, então vamos rebaixar o programa. Eu não parto desse pressuposto. Acho que existem experiências históricas, aqui e lá fora, que nos mostram ser possível governar apoiado nas maiorias sociais.

A Erundina fez isso em São Paulo.

A Erundina fez isso. Tinha minoria na Câmara e mobilizava as pessoas. As pessoas mobilizadas têm condições de pressionar o Congresso a fazer aquilo que ele não faria de bom grado. Nós temos várias experiências na América Latina que mostram que, com organização da sociedade desde baixo, nós somos capazes de promover mudanças muito mais profundas do que seria apenas com o debate parlamentar. Isso não significa negar o papel do Parlamento. É preciso haver diálogo com o Parlamento. O que não pode haver é a manutenção de um esquema de governabilidade baseado na chantagem, no balcão de negócios, na compra de voto por cargo do governo. Nós precisamos pensar uma forma de fazer política que não seja a mesma coisa que politicagem.

Para isso, é preciso trazer o povo para o processo de decisão, criando um amplo movimento nacional para plebiscitos e referendos em relação aos temas fundamentais.

Caso ganhe as eleições, quais serão as suas primeiras iniciativas?

A primeira é propor um plebiscito que vise revogar as medidas mais desastrosas tomadas pelo governo Temer. E aqui destacamos: reforma trabalhista, Emenda Constitucional 95, que cortou por 20 anos o investimento público no Brasil, e a entrega do pré-sal, dentre outras. Não é possível um governo popular que tenha congelamento de investimentos sociais por 20 anos. Isso destrói a capacidade de investimento do Estado brasileiro. Porque não é possível ter um governo para as maiorias com uma legislação trabalhista em que o povo vá tra-

balhar por hora em trabalho intermitente, em que se destruíam todos os direitos e garantias. Além disso, há duas medidas que considero especialmente importantes. Uma é propor uma reforma tributária que permita o financiamento público de um programa amplo de investimentos no Brasil. Uma reforma tributária progressiva. E este recurso de arrecadação deve ser utilizado para um amplo programa de investimentos públicos, que vai recuperar emprego, vai recuperar renda e vai permitir financiar políticas públicas de saúde, de educação, de moradia para o povo brasileiro.

Há algum setor do empresariado com o qual seja possível estabelecer alianças?

Eu não consigo vislumbrar hoje um setor da classe dominante no país que se comprometa com um projeto profundamente democrático, distributivo, de combate à desigualdade e que também crie condições para um novo modelo de desenvolvimento no país.

Como você vai lidar com a mídia?

A primeira coisa é cumprir a Constituição. A Carta de 1988 proíbe monopólio, proíbe que políticos tenham concessões e proíbe propriedade cruzada. A Globo faz as três coisas ao mesmo tempo. E várias concessões da Globo pelos estados estão controladas por políticos. Emissora é concessão pública e assim tem de ser tratada. Nós temos que fazer uma democratização dos meios de comunicação no país para termos uma diversidade de vozes falando para o povo brasileiro. Não se trata de censurar ninguém. Além disso, é preciso ter, como a própria Constituição prevê, uma cota para empresas de comunicação públicas e comunitárias. Em relação às verbas publicitárias, elas têm que seguir esse mesmo critério democrático. Hoje é um escândalo. As verbas publicitárias reforçam uma estrutura antidemocrática. O Estado é um poderoso anunciante e tem usado esse anúncio para enriquecer e fortalecer ainda mais as grandes emissoras de plantão.

Como você analisa os episódios de junho de 2013?

Junho de 2013 foi uma panela de pressão que explodiu. Não à toa, ela se deu em torno de um tema eminentemente urbano: a crise de mobilidade. A crise urbana antecedeu, no Brasil, a crise econômica. Qual foi o modelo adotado pelo governo do PT

Gostem ou não do Lula, é inegável que ele é a maior liderança social do país. Eu tenho diferenças políticas com o Lula, mas não vou deixar em nenhum momento de me solidarizar a ele. Assim como não me furtei a assumir o desafio de estar à frente de uma Aliança que apresenta um projeto novo para a esquerda brasileira. É preciso ter maturidade e separar as coisas. Mover-se por ressentimento nunca ajuda na política ou na vida.

em relação às cidades? Muito crédito, tanto crédito imobiliário individual como crédito para as grandes empresas da construção, e financiamento de grandes obras através do PAC e para o Minha Casa, Minha Vida. Foi o período em que houve mais investimento de recursos, seja pelo crédito, seja pelo investimento público direto, em políticas urbanas. No entanto, isso se deu sem nenhuma regulação pública. Você empoderou grandes construtoras com crédito. Elas saem comprando terreno. O estoque de crédito imobiliário no Brasil em 2005 era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014 era de R\$ 102 bilhões! Ou seja, mais de 2.000% de acréscimo em uma década. O problema não é ter crédito, muito menos ter investimento público. O problema é que, quando não há regulação, não se utilizaram os instrumentos previstos no próprio Estatuto das Cidades. Cria-se um surto de especulação imobiliária.

Financeiriza-se o mercado imobiliário.

Exato. A terra virou ativo financeiro. E aí, o que acontece na vida das pessoas? Elas foram jogadas para mais longe. O metrô chegou à periferia por conta do investimento. Excelente! Mas a periferia fugiu do metrô. Porque o cara que pagava aluguel de R\$ 500 onde tinha o metrô viu que o contrato aumentou para R\$ 1 mil e ele teve que ir morar em um bairro mais distante. Isso significa piorar as condições de moradia. Mais do que isso, significa você ter menos acesso a serviço público. O cara que morava na zona leste de São Paulo, em Itaquera, ele foi para Guaianazes ou Ferraz de Vasconcelos, depois do boom imobiliário. Enfim, ele foi jogado de uma maneira em que os serviços públicos que existiam em Itaquera, já muito precários, são piores ainda mais longe. Se, em Itaquera, ele demorava uma hora para chegar ao serviço, agora ele demora duas. Isso o próprio PT reconheceu nas campanhas municipais quando fez o debate: "Melhoramos da porta para dentro e precisamos melhorar da porta para fora". Mas não ocorreu isso e as cidades viraram verdadeiros barris de pólvora. Houve uma onda de ocupações entre 2013 e 2015 nas grandes cidades. Havia um clima de insatisfação, que fez com que a pauta da mobilidade tivesse um apelo grande. Mas os motivos das mobilizações não se limitaram a isso, houve a repressão. É claro que, enquanto os atos eram apenas do MPL, não eram tão grandes. Depois, a pauta foi capturada.

Houve uma disputa na condução daquele processo?

Não dá para se examinar junho de 2013 apenas por uma das duas lentes. Não dá pra se ver como uma conspiração golpista que articulou as pessoas para irem às ruas com o apoio dos Estados Unidos, nem ver junho de 2013 como a porta da Revolução Socialista. Minha opinião não é nem uma e nem outra. A grande questão é que o pós-junho gera duas pernas. O estouro da panela de pressão encerrou o momento do consenso e recolocou as ruas como atores políticos.

Pode ter havido elementos de manipulação nas redes, como os Estados Unidos fizeram em outras partes do mundo? É evidente que pode, quando setores da direita viram que poderiam capturar aquela mobilização legítima para outras finalidades. É verdade que o caldo, em seguida, foi apropriado para a direita sair do armário e começar a defender tortura e intervenção militar. Isso deságua nas manifestações golpistas de verde e amarelo, em 2015.

É igualmente verdade que esse mesmo caldo de junho, por outras vertentes, gerou as ocupações de escola dos secundaristas, gerou um crescimento de movimentos como o MTST, gerou coisas dinâmicas também no movimento social.

Não é possível fazer uma leitura unilateral do que foram as mobilizações de junho de 2013.

É possível dizer que o pacto resultante da Constituição de 1988 acabou?

Acabar não acabou. Ele está ainda aí se arrastando, mas eu o vejo em uma crise profunda. É importante ressaltar que quem rompeu o pacto foi o andar de cima. Foi o discurso cínico de que a Constituição não cabe no orçamento. A Constituição é o emblema, é o símbolo do pacto que se estabeleceu na construção da Nova República. Ela foi sendo desfigurada na dimensão que tinha de Estado social – a Emenda Constitucional 95 é um golpe derradeiro nisso, assim como a reforma da previdência, que não conseguiram aprovar. O fim da CLT não remete nem ao pacto de 1988, mas ao pacto de 1943. O golpe fez, em dois anos, o Brasil andar cem anos para trás. O sentimento de crise de representação, de antipolítica, é muito forte, e acho que há uma crise de hegemonia que se expressa, inclusive, na briga entre os poderes da República. Temos

Lançamento da candidatura na Conferência Cidadã, início de março de 2018, em São Paulo



MÉDIA VINDICA

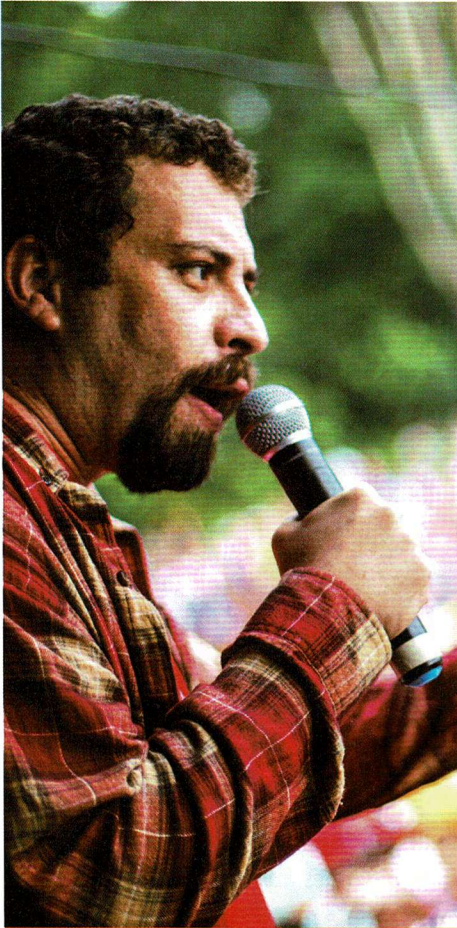
As pessoas mobilizadas têm condições de pressionar o Congresso a fazer aquilo que ele não faria de bom grado. Nós temos várias experiências na América Latina que mostram que, com organização da sociedade desde baixo, nós somos capazes de promover mudanças muito mais profundas do que seria apenas com o debate parlamentar

um Poder Executivo sem legitimidade e um Legislativo desmoralizado. O Judiciário se aproveitou e falou: “Opa, é a minha vez”. E este foi tomando protagonismo através da Operação Lava Jato – um protagonismo político, ocupando um vácuo de poder pelo enfraquecimento dos outros dois poderes. Depois, você tem uma reação que começa a se formar. Todos eles estavam juntos no momento do golpe e a coalizão do golpe num segundo momento. Há uma reação representada, nesse momento, pelo Temer. Aqui nós estamos falando de “poder”, evidentemente, de uma maneira genérica, porque há divisões dentro dos poderes, também. Dentro do Poder Judiciário, essas divisões são manchetes todos os dias nos jornais.

O sistema político perdeu a capacidade básica de coesionar a sociedade. Todo sistema político tem que, de algum modo, criar coesão e criar condição de ter majorias sociais. Mesmo a ditadura militar, ilegítima politicamente, teve majorias sociais. Ela começa a ficar mal das pernas quando perde a capacidade básica de aglutinar. Isso leva à transição. O sistema político da Nova República perdeu a capacidade básica de coesionar a sociedade brasileira. Qual é a alternativa para essa crise em que o Brasil está? Eu não vejo, no sistema político da nova República, capacidade para se reinventar dentro dos mesmos marcos.

Você acha que, nesse momento, o Exército pode assumir algum protagonismo?

São cada vez mais preocupantes as movimentações de setores do Exército, ainda



Eu não consigo vislumbrar hoje um setor da classe dominante no país que se comprometa com um projeto profundamente democrático, profundamente distributivo de combate à desigualdade e que também crie condições para um novo modelo de desenvolvimento no país.

que não da corporação como um todo. Uma coisa é meia-dúzia de loucos ou um general de pijama do Clube Militar falar nos jornais ou vir com uma faixa na Avenida Paulista, ou no Leblon, ou onde quer que seja, para falar de intervenção militar. Outra coisa é general quatro estrelas do alto comando flertar com isso. A intervenção no Rio de Janeiro é algo preocupante nesse sentido, por duas razões. Primeiro, porque ela mexe com a ideia, no imaginário na sociedade, de que militar resolve. Não digo que o interesse do comando do Exército seja hoje fazer uma intervenção militar e que o general Villas Bôas queira isso. Aliás, o general Villas Bôas, mesmo com declarações preocupantes que deu no último período, é uma das vozes mais lúcidas do alto comando. O entorno ali é mais complicado. O segundo motivo são declarações, que estão sendo cada vez mais naturalizadas, de que o Rio de Janeiro é um laboratório para o país. Se isso for levado a cabo, e começarmos a ter intervenção do Exército na Segurança Pública em vários estados brasileiros, onde isso vai parar? Isso afeta o movimento social, afeta a juventude pobre e negra das periferias e favelas. Os alvos são os mesmos de sempre. Soltar pitbull é fácil. Difícil é prender depois.

O que significa ter Sonia Guajajara como vice?

É um compromisso de que nosso projeto de esquerda precisa se deparar com uma dívida histórica do Estado brasileiro para com o seu povo. É uma dívida na qual, muitas vezes, a esquerda teve dificuldades de se colocar. Ter a Sonia não apenas como vice, no sentido tradicional, mas como parceira na chapa expressa este compromisso com a questão indígena. A luta indígena é a luta de resistência mais antiga da história do Brasil. É a luta contra um genocídio, é a luta pela terra. E mais do que isso, queremos afirmar nosso compromisso com amplos setores que historicamente sofrem opressões no Brasil.

É entender que ainda há no Brasil uma herança da escravidão, e que a luta contra o racismo, a luta dos negros e negras, é uma luta libertadora e tem a ver com a forma como o capitalismo se estruturou por aqui. Não é algo secundário. Hoje implica enfrentar sem rodeios o genocídio da juventude pobre e negra nas periferias, propondo um outro modelo de segurança

Vamos propor um plebiscito que vise revogar as medidas mais desastrosas tomadas pelo governo Temer. E aqui destacamos: reforma trabalhista, Emenda Constitucional 95 e a entrega do pré-sal, dentre outras



pública, que passe pela desmilitarização da polícia.

É preciso incluir também a luta feminista. Ela se expressa em agendas muito definidas, como por exemplo, o direito das mulheres de decidirem sobre o seu corpo e tratar o tema do aborto como um tema de saúde pública. E são lutas contra a desigualdade. Os negros, no Brasil, recebem metade do salário dos brancos. As mulheres ainda ganham consideravelmente menos do que os homens pela mesma função. A questão LGBT, por sua vez, tem muito a ver com os níveis de intolerância a que se chegou na sociedade. Não é admissível que o Estado ou a religião defina a forma como as pessoas vão se amar. A criminalização da homofobia e a defesa do casamento civil igualitário são pautas candentes para a esquerda.

É errado ver isso como pautas identitárias simplesmente. Tocam em questões estruturais e estão diretamente relacionadas à luta por liberdades e contra a desigualdade no Brasil.

Esse avanço da direita acontece também em quase toda a América Latina. Como vê isso?

É evidente que há um crescimento de governos de direita na América Latina e no mundo. Há uma ofensiva conservadora. Não podemos separar isso do processo da crise econômica e das reações de cada sociedade a essa crise. A crise, por sua própria configuração, reduz as margens de conciliação, o cobertor fica mais curto e as saídas se tornam polarizadas. As alternativas de centro se enfraquecem. Estamos vendo isso no Brasil. Todo mundo quer construir um centro, reorganizar um centro. O centro implodiu. E assim foi e tem sido em parte importante do mundo. Você tem tido polarizações, o que é próprio de momentos de crise, entre alternativas de direita que surfam no discurso de xenofobia – “os inimigos dos nossos empregos são os imigrantes”. Principalmente na Europa e nos Estados Unidos, esse discurso é fortíssimo, muitas vezes com ingredientes de intolerância e com uma pauta econômica neoliberal.

E como examina a esquerda no plano internacional?

Esse processo de polarização faz o Donald Trump ganhar nos Estados Unidos, mas gera também o fenômeno Bernie Sanders.



Junho de 2013 foi uma panela de pressão que explodiu. Não à toa, ela se deu em torno de um tema eminentemente urbano: a crise de mobilidade. A crise urbana antecedeu, no Brasil, a crise econômica. A terra virou ativo financeiro

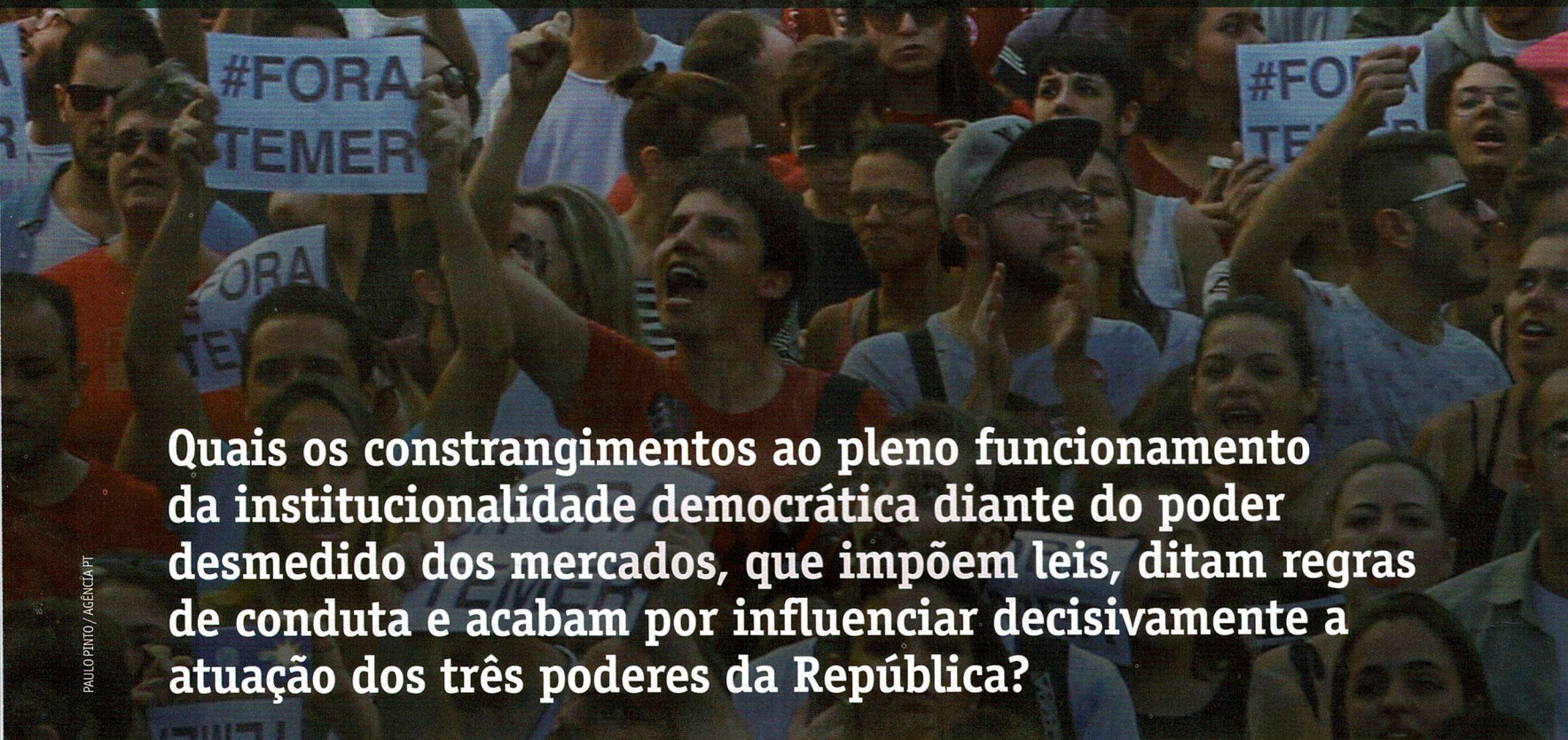
Ele possibilita o governo de Mariano Rajoy, na Espanha, mas faz surgir o Podemos. A França foi um caso à parte, porque ali se reconstruiu alguma coisa parecida com um centro, a partir da polarização entre Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon. A mesma dinâmica que elege o Sebastian Piñera no Chile faz com que a Frente Ampla, organizada por estudantes que ocupavam escolas e universidades, tenha 20% nas eleições presidenciais. Digamos que surge uma nova direita – com velhos métodos e a velha política econômica –, mas com um discurso diferente. Mas também nesse mesmo período há novas experiências de esquerda.

Este processo está relacionado à crise de representação das democracias liberais, de baixa intensidade e à falta de horizontes produzida pela crise econômica. As pessoas estão sem perspectiva de futuro. Isso se expressa também nos altos níveis de abstenção eleitoral.

Trump e Bolsonaro são personalizações da repulsa à política. Não me parece ser uma particularidade atual. A ascensão do fascismo pós-crise de 1929 se deu em clima análogo de desilusão com a política. É óbvio que precisamos combater a ascensão da direita. Mas temos de compreender também o desafio que isso coloca para o campo da esquerda. Se não dialogarmos com a insatisfação diante da política, ela vai ser canalizada toda pela direita.



A democracia sob risco



Quais os constrangimentos ao pleno funcionamento da institucionalidade democrática diante do poder desmedido dos mercados, que impõem leis, ditam regras de conduta e acabam por influenciar decisivamente a atuação dos três poderes da República?

José Luís Fervereiro

A democracia tal como o mundo ocidental a conhece desde o pós-guerra está em risco. O desenvolvimento do capitalismo sob hegemonia do capital financeiro, a globalização da produção de mercadorias e dos fluxos de capital, as novas crises de superprodução, o enorme avanço da concentração de renda a partir da apropriação concentrada dos ganhos de produtividade da inovação tecnológica, tornaram a democracia disfuncional para o Capital.

A busca insensata pela redução dos custos do trabalho usando a globalização para desconstruir direitos conquistados por décadas de luta política e sindical, o desmonte dos sistemas tributários e políticas fiscais que viabilizaram a universalização de direitos sociais nos países

centrais e a busca dessa universalização em países de desenvolvimento médio como o Brasil usando como argumento a concorrência industrial asiática, o avanço das isenções tributárias para os mais ricos reduzindo a capacidade de financiamento dos estados e justificando o desmonte de seus mecanismos de seguridade social, não podem conviver com a democracia sem sustos para a elite.

Barragens de propaganda, debates de TV onde todos os debatedores defendem as mesmas teses pseudo científicas, utilização dos aparatos de formação de consensos, imposição de pautas diversionistas, nada disso tem impedido que aqui e acolá as classes trabalhadoras reajam e coloquem em risco a estabilidade de governos liberais portadores das “verdades científicas” das políticas de ajuste e corte de direitos.

ESVAZIAMENTO DO ESTADO

Desde os anos 1990 é nítido o projeto de esvaziamento de poder das esferas eleitas do Estado. A construção de uma burocracia supranacional em Bruxelas, fora do alcance dos eleitores dos estados membros da União Europeia, a própria moeda única europeia, retirando a política monetária do controle dos governos eleitos, a defesa mundo afora da “independência” dos Bancos Centrais, subtraindo ao controle do povo e de seus representantes eleitos esse importante mecanismo de poder, faz parte da estratégia.

No Brasil, a “Lei de Responsabilidade Fiscal” e suas “cláusulas de ouro”, que limitam as possibilidades de ação de governos eleitos, o desmonte acelerado dos aparatos do Estado como o programa de privatizações dos anos 1990 e sua retomada após o golpe de 2016, buscam re-

duzir o poder de fogo na economia dos executivos eleitos da República. Reduzir a democracia à eleição de síndicos desprovidos de poder real é a principal iniciativa à escala global das elites.

Nessa mesma linha está a pressa com que o governo do golpe aprovou a Emenda Constitucional 95, que congela por vinte anos os gastos primários da União, tentando amarrar as próximas administrações à condição de gerenciadoras do desmonte do Estado.

Em outra linha de ação, a imposição de pautas morais e culturalistas pela via do fortalecimento do fundamentalismo religioso, buscando retirar centralidade à agenda da desigualdade, foi também largamente utilizada desde os anos 1980. Trabalhadores pobres acabam votando em candidatos por serem contrários à legalização do aborto ou ao casamento igualitário. Curiosamente são os mesmos que reduzem impostos de ricos e cortam programas sociais dos pobres. É uma cena que começa nos EUA nos anos 1970 e se generaliza pelo planeta, ganhando força no Brasil duas décadas depois, quando, por exemplo, se aprovou a isenção de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos.

DESMORALIZAÇÃO DOS PODERES ELEITOS

Em outra linha de ação, a imposição de pautas morais e culturalistas pela via do fortalecimento do fundamentalismo re-

A busca insensata pela redução dos custos do trabalho usando a globalização para desconstruir direitos conquistados por décadas de luta política e sindical não pode conviver com a democracia sem sustos para a elite

ligioso, buscando retirar centralidade a agenda da desigualdade, foi também largamente utilizado já desde os anos 1980. Trabalhadores pobres votando em candidatos por serem contrários à legalização do aborto ou ao casamento igualitário e que são os mesmos que reduzirão impostos de ricos e cortarão programas sociais

dos pobres. É uma cena que começa nos EUA nos anos 1970 e se generaliza pelo planeta, ganhando força no Brasil a partir dos anos 90 quando com apoio da maioria da bancada evangélica, por exemplo, se aprovou a isenção de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos.

Mais recentemente uma terceira linha de ação, e que por bom tempo passou despercebida para boa parte da esquerda, é a desmoralização dos dois poderes eleitos da república, legislativos e executivos, pela disseminação da lógica da antipolítica e o fortalecimento do poder judiciário, o único dos poderes não eleito, composto pela "meritocracia" tal como a conhecemos com seu perfil de origem nas classes medias e altas e, portanto, mais confiável aos interesses da elite.

A imposição da pauta da ética como centro do debate nacional foi o primeiro passo e com o qual a esquerda alegremente contribuiu. A defesa despolitizada da Ética na política, como se a política não tratasse de luta de classes foi um erro estratégico. Desde os anos 1980 que a esquerda flerta com essa agenda aproveitando-se que conjunturalmente ela atingia seus adversários diretos com mais força dado o fato da burguesia controlar a maior parte dos aparatos do estado. É obvio que a corrupção deve ser denunciada e combatida e que não cabe à esquerda defender representações políticas carcomidas pela corrupção e muito menos deixar de zelar nas suas administrações



Manifestação contra a PEC que congela o orçamento por vinte anos, avenida Paulista (SP), outubro de 2016

A estratégia da elite golpista é a do esvaziamento das prerrogativas de quem venha a ser eleito, seja pelo desmonte do Estado, seja pelos impedimentos ao exercício da política fiscal constitucionalizados com a EC-95 do teto de gastos e seja pelas ações do Judiciário. Há também tentativas de edição de novas PECs, que buscam impedir a emissão de dívida pública

para que a lógica dos “300 picaretas”, que Lula denunciava em 1989, não se invada como terminou acontecendo com o próprio governo de Lula. Mas também está evidente que a aceitação da centralidade dessa agenda no lugar da denuncia da desigualdade termina por ser uma enorme prestação de serviços à Casa Grande.

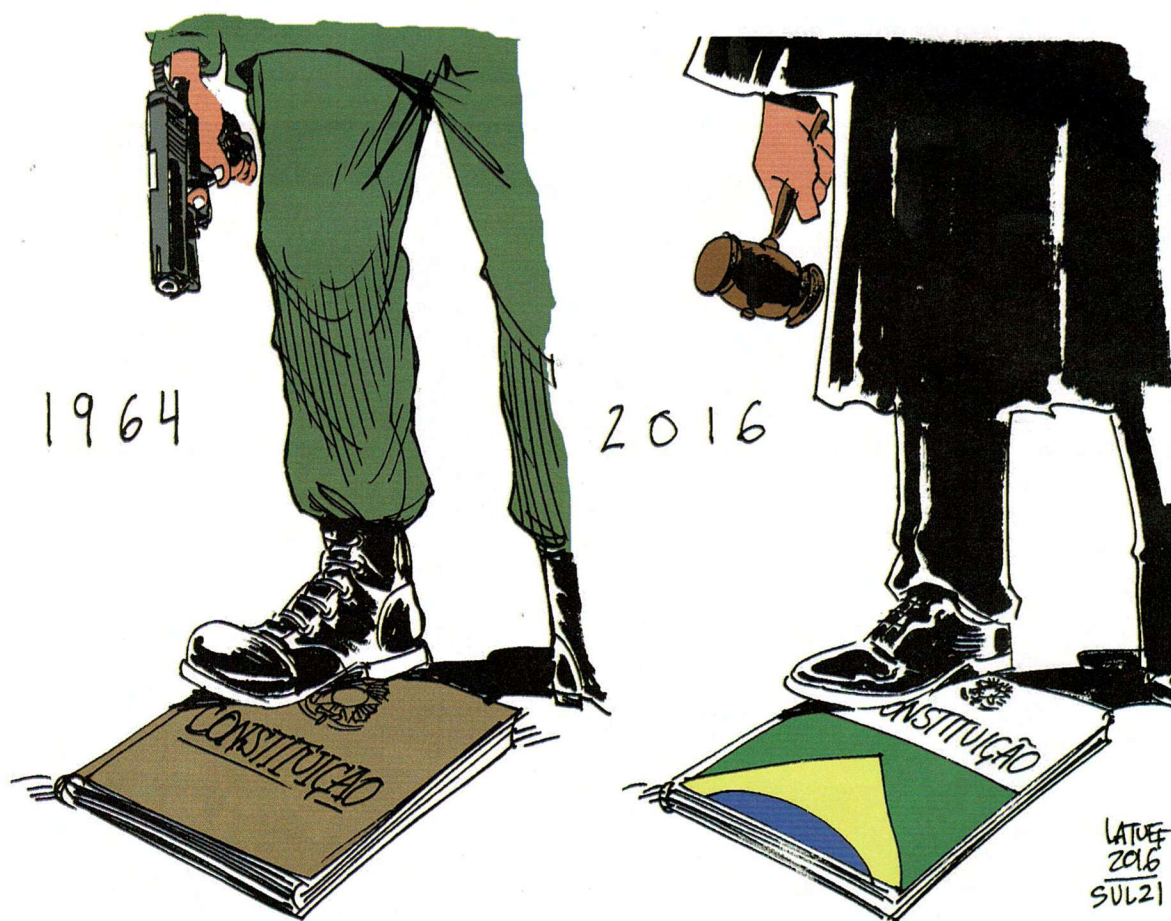
O pacote do desmonte das prerrogativas dos poderes eleitos vem bem embrulhado. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal em contraposição às “irresponsabilidades”, a Lei do Teto dos Gastos em contraposição à “gastança”, a Lei da Ficha Limpa em contraposição aos detestáveis “fichas sujas”, o fim do foro privilegiado

em contraposição “aos privilégios” e, no meio do caminho, a rejeição da PEC 37 que buscava restabelecer a separação de atribuições entre as polícias, as procuradorias e a magistratura.

Há uma clara conexão entre essas agendas, todas elas fortemente impulsionadas pela mídia corporativa e todas elas dentro da lógica do esvaziamento dos poderes eleitos da República, os únicos que de fato estão submetidos a algum crivo popular. A estratégia é manter as formalidades da democracia eleitoral, mas cuidando de esvaziar de consequências escolhas “insensatas” por parte dos eleitores que, vez por outra, insistem em eleger candidatos “populistas”, ou seja todos aqueles que não comungam da cartilha de interesses dos mercados e das elites econômicas globais.

REDUÇÃO DO ESTADO

É neste cenário que ocorre o golpe de 2016 no Brasil. A corrupção endêmica ao sistema econômico e não apenas ao sistema político é conhecida há décadas. Circunscrever ao Estado e aos seus agentes o problema do desvio de recursos públicos é também uma forma de luta política das elites a favor da sua agenda de redução do papel do Estado, de desmonte da seguridade e da privatização de suas empresas do se-



tor produtivo, do setor bancário e das suas funções de garantidor de direitos sociais.

A Operação Lava Jato não desvendou nada que não fosse de amplo domínio público há muito tempo, mas se aproveitou do enorme desgaste da presidenta Dilma Rousseff junto à sua base social e eleitoral, resultado da traição programática cometida em 2015. Ali se adotou um programa de ajuste fiscal suicida que a enfraqueceu, derrubou do poder e entronizou um governo que é a expressão pura e dura dos interesses da elite econômica globalizada. Contribuiu para a desmobilização de qualquer resistência de massa a despolitização construída deliberadamente por Lula, que nunca buscou a mobilização da sua enorme base social para pressionar por mudanças estruturais.

Tal qual em 1964, o simulacro de legalidade foi mantido, com o Congresso votando o *impeachment* com a mesma cara dura de 10 de abril daquele ano, ao “eleger” indiretamente Castelo Branco. O STF, como há meio século, “legalizou” a trama. Não faltou a cassação de direitos políticos do principal candidato às eleições presidenciais seguintes, hoje Lula, antes Juscelino Kubitschek. Lula está preso como resultado de um processo que jamais tramitaria em um sistema judiciário minimamente sério, Juscelino teve que responder a Inquéritos Policiais Militares durante a ditadura.

Tirando os tanques nas ruas e os coturnos marchando, o modelo não foi muito diferente.

Para a esquerda, é fundamental identificar corretamente a estratégia do inimigo buscando fugir do taticismo que, no mais das vezes, opera na lógica do adversário. É fundamental colocar no centro da agenda a desigualdade, a imperiosa necessidade de superação da crise, de revisão do sistema tributário grotescamente concentrador de renda, desmontar os entraves à ação dos poderes eleitos, tanto no campo da condução da economia como da restauração das suas prerrogativas plenas hoje usurpadas pelo judiciário.

USURPAÇÃO DE PODERES

É inacreditável a usurpação crescente de poderes do Executivo e do Legislativo, como vimos no impedimento da posse de Lula como ministro de Dilma, mas também no impedimento da posse de Cristiane Brasil como ministra de Temer.

Nessa mesma linha, o ministro do STF Luiz Roberto Barroso se outorga poderes para rever o indulto de Natal, função também precípua da Presidência da República, e a justiça prescinde da autorização das casas legislativas para prender seus membros, como ocorreu na ALERJ.

Se era correta a atitude da esquerda em votar a favor da autorização, derrotada em plenário, não compartilho do regozijo dos que comemoraram o fato de a justiça ter renovado a prisão dos mesmos, prescindindo dessa autorização. Estrategicamente quebrar as prerrogativas dos poderes eleitos submetendo-os à tutela do Judiciário é um equívoco enorme ainda que venha embrulhado em boas causas. É certamente o caso das prisões dos deputados Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB.

Para os de curta memória vale lembrar que o AI-5 foi editado em 1968 na sequência de uma negativa do Congresso Nacional em autorizar o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves. A Lei da Ficha Limpa, o fim do foro determinado - mal denominado de privilegiado - e o inusitado acúmulo de funções de investigação e oferecimento de denúncias pelas procuradorias, que a PEC 37 buscava impedir, são operações de esvaziamento da democracia e de submissão dos poderes que emanam do povo ao poder que emana da meritocracia.

AS ELEIÇÕES DE 2018

Teremos eleições em 2018 e o golpe não é a total reprodução de 1964, embora algumas características se repitam. A estratégia da elite golpista é a do esvaziamento das prerrogativas de quem venha a ser eleito, seja pelo desmonte do Estado, seja pelos impedimentos ao exercício da política fiscal constitucionalizados com a EC-95 do teto de gastos e seja pelas ações do Judiciário. Há também tentativas de edição de novas PECs, que buscam impedir a emissão de dívida pública, seja também pela subordinação de suas ações ao judiciário que hoje se sente empoderado para sustar qualquer ação de governo que contrarie interesses.

Essa nova lógica ascendente não ocorre apenas na esfera federal, mas em todas as instâncias de poder no país. Prefeitos, por exemplo, têm assistido aumentos de IPTU votados nas Câmaras de Vereadores sendo sustados na justiça. Se permitirmos que essa escalada continue, o presidente da

**Para a esquerda,
é fundamental
identificar
corretamente
a estratégia do
inimigo buscando
fugir do taticismo
que, no mais
das vezes, opera
na lógica do
adversário. É
fundamental
colocar no centro
da agenda a
desigualdade
e a imperiosa
necessidade de
superação da
crise**

República a ser eleito em 2018 assumirá desprovido de prerrogativas básicas de governabilidade. Um exame histórico do Brasil no campo dos direitos sociais pode mostrar que os avanços mais significativos obtidos se deram por iniciativa de poderes Executivos. Raramente isso aconteceu pelos Legislativos e nunca pelo Judiciário.

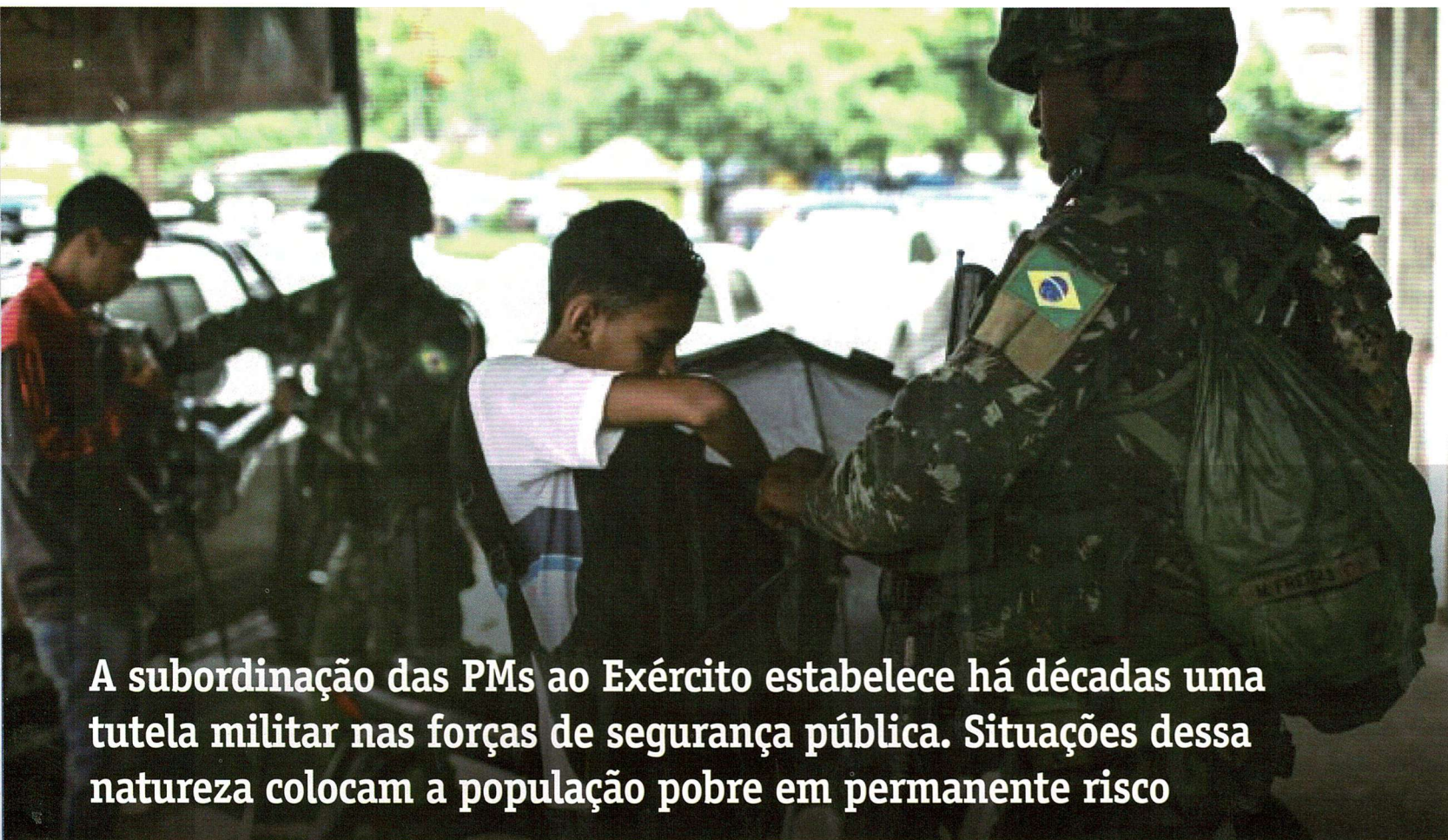
O golpe não tem uma única data marcante, ele é uma agenda política que, passo a passo, vai esvaziando de conteúdo real o pouco de democracia que temos.

Identificar corretamente a sua estratégia é essencial para combatê-lo com efetividade.



José Luís Fevereiro
economista e
dirigente do PSOL

A Intervenção militar no Rio de Janeiro não é novidade



A subordinação das PMs ao Exército estabelece há décadas uma tutela militar nas forças de segurança pública. Situações dessa natureza colocam a população pobre em permanente risco

ANTONIO LACERDA/EPA

Ivan Seixas

A intervenção militar do Rio de Janeiro, em meio ao aprofundamento do golpe de 2016, reacende o medo de termos uma nova ditadura militar. Não é para menos. A reedição de uma tragédia pode ser ainda mais grave e trágica. Se nos fiarmos na célebre frase de Marx, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, de que a história acontece da primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, é essencial juntar esforços para que o replay não nos surpreenda.

No clima bélico criado no Rio, um general chegou a afirmar, em palestra recente na Escola Superior de Guerra, que “a Colômbia ficou 50 anos em guerra civil porque não fizeram o que fizemos no Araguaia”. A expressão “o que fizemos no Araguaia” pode ser sintetizada nas capturas e assassinatos de 64 participantes da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil, no sul do Pará. Seus corpos estão desaparecidos até hoje. Ou seja, as Forças Armadas cometeram deli-

tos previstos na Convenção de Genebra, que qualifica como crime de guerra o tratamento desumano a prisioneiros, a execução sumária depois de capturado o inimigo e a ocultação de seus restos mortais. Não se sabe se o militar quer repetir “o que fizemos no Araguaia” nos morros do Rio.

SEGURANÇA NACIONAL

A participação das Forças Armadas na segurança pública nunca deixou de acontecer. Traçada como estratégia de *segurança nacional* ainda nos tempos da ditadura, essa participação integra o conceito de “manutenção da ordem pública”. Apenas esporadicamente ela aparece de forma ostensiva aos olhos do grande público. Assim se deu em grandes eventos, como a Rio 92, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A nova invasão de áreas pobres faz parte dessa métrica.

O Exército e Marinha tiveram presença marcante nas ocupações de favelas para a implantação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e não fizeram

nada mais do que agredir direitos de moradores, os quais eram tratados, em geral, como inimigos das tropas. Foram gastos vastos recursos e o resultado foi apenas um show midiático. Depois do impacto criado pela mídia, o serviço acabou e caiu no esquecimento, a exemplo das fracassadas ações no Complexo da Maré.

Se a ocupação militar servisse para o chamado combate ao tráfico de drogas, não teríamos outra ocupação depois de quatro anos do espalhafatoso espetáculo de 2014. E as drogas não seriam apreendidas em helicópteros de senadores, em fazendas de ministros latifundiários a quilômetros dos morros cariocas ou em transportes por caminhões e navios. O grosso da droga não pertence aos moradores de favela, pertence aos proprietários de grandes apartamentos milionários. Nos morros e periferias há apenas distribuidores para a classe média. Os pobres são estigmatizados como perigosos traficantes para desviar a atenção das verdadeiras organizações criminosas, lucrativas empresas capitalistas.

A participação das Forças Armadas na segurança pública nunca deixou de acontecer. Traçada como estratégia de segurança nacional ainda nos tempos da ditadura, essa participação integra o conceito de "manutenção da ordem pública". Apenas esporadicamente ela aparece de forma ostensiva aos olhos do grande público

É inegável que esses pequenos varejistas do tráfico usam armas de grosso calibre, assim como é inegável que latifundiários também usem armas semelhantes para eliminar camponeses em luta pelo direito à terra. E nenhuma tropa é deslocada para locais de conflito com objetivo de confiscar esses arsenais.

MÁXIMOS E MÍNIMOS

Os montantes utilizados para o espetáculo midiático são enormes e os recursos destinados a proporcionar infraestrutura para a vida dos habitantes das favelas são mínimos. Na história dos governos do Rio de Janeiro, apenas o de Leonel Brizola se destaca como aplicador de orçamentos em benefício das maiorias. Quando o antigo

governador instalou elevadores e teleféricos para facilitar o acesso de moradores aos seus locais de moradia, levantou-se uma onda de protestos elitistas contra a iniciativa.

Quando o mesmo Brizola se dedicou a construir os famosos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concebidos por Darcy Ribeiro, equipados com salas de aula, bibliotecas, quadras de esporte, piscinas e toda a infraestrutura adequada à uma educação pública de qualidade, a mesma mídia se dedicou a condenar o projeto. Em resumo, a direita brasileira detesta pobres e quem promove políticas públicas democratizantes.

A ação policial, em vários países, não se dá por movimentações de tropas ou por espetáculos midiáticos. Só acontece como resultado de trabalho científico de inteligência, investigação e coleta de provas para a condenação dos acusados, tarefa da Polícia Judiciária Civil. Do contrário, vai inevitavelmente cair na agressão aos Direitos Humanos, na violação da lei e do Estado de Direito Democrático.

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA

A alocação de tropas da Polícia Militar em favelas com a incumbência de investigar, reprimir e prender suspeitos, tomando o lugar da Polícia Judiciária Civil, leva à violências contra a população - sem falar em casos como o do pedreiro Amarildo Dias de Souza, preso, torturado e desaparecido até hoje - e à promiscuidade com o crime organizado. Não por acaso, no mesmo Rio de Janeiro acontece o "fenômeno" do surgimento de quadrilhas de policiais apelidadas de Milícias, que dividem espaço com as demais quadrilhas civis.

Ou se reforça o trabalho da Polícia Civil, que tem legalmente a atribuição de investigar e prender, ou as atrocidades contra a população trabalhadora, moradora dos morros cariocas, continuará acontecendo e novas "intervenções militares" continuarão a ser pedidas e executadas.

Repetindo: o Exército nacional nunca esteve alheio ou distante da atuação das Polícias Militares em qualquer estado da federação. Há uma ligação orgânica entre ambas as instituições, legalmente e não apenas como colaboração entre as forças.

Pelo decreto 88.777, de setembro de 1983, de iniciativa de João Baptista Fi-

gueiredo, último general da ditadura, as polícias militares passaram formalmente a ser vinculadas ao Exército e se integraram ao Sistema Nacional de Informações, órgão central da repressão política no país. Esse decreto nunca foi revogado por nenhum governo democrático, o que mostra o descaso com questão tão séria para a vida cotidiana da população.

Pelo artigo 3º desse dispositivo, o Ministério do Exército exercerá o controle e a coordenação das Polícias Militares, por intermédio do Estado-Maior do Exército, em todo o território nacional. E pelo Parágrafo Único, "O controle e a coordenação das Polícias Militares abrangerão os aspectos de organização e legislação, efetivos, disciplina, ensino e instrução, adestramento, material bélico de Polícia Militar". Ou seja, as PMs são treinadas e dirigidas pelo Exército brasileiro.

Pelo artigo 5º, "As Polícias Militares, a critério dos Exércitos e Comandos Militares de Área, participarão de exercícios, manobras e outras atividades de instrução necessárias às ações específicas de defesa interna ou de defesa territorial, com efetivos que não prejudiquem sua ação policial prioritária".

A Polícia Militar de qualquer estado da federação está sujeita ao Estado Maior do Exército. Daí não ser correto dizer que a PM está fora de controle quando a corporação comete alguma atrocidade contra manifestações populares

A digital do Exército Brasileiro está gravada no artigo 37, que diz:

Compete ao Estado-Maior do Exército, por intermédio da Inspeção-Geral das Polícias Militares:

1) o estabelecimento de princípios, diretrizes e normas para a efetiva realização do controle e da coordenação das Polícias Militares por parte dos Exércitos, Comandos Militares de Área, Regiões Militares e demais Grandes Comandos;

2) a centralização dos assuntos da alçada do Ministério do Exército, com vistas ao estabelecimento da política conveniente e à adoção das providências adequadas;

3) a orientação, fiscalização e controle do ensino e da instrução das Polícias Militares;

4) o controle da organização, dos efetivos e de todo material citado no parágrafo único do artigo 3º deste Regulamento;

5) a colaboração nos estudos visando aos direitos, deveres, remuneração, justiça e garantias das Polícias Militares e ao estabelecimento das condições gerais de convocação e de mobilização;

6) a apreciação dos quadros de mobilização para as Polícias Militares;

7) orientar as Polícias Militares, cooperando no estabelecimento e na atualização

da legislação básica relativa a essas Corporações, bem como coordenar e controlar o cumprimento dos dispositivos da legislação federal e estadual pertinentes.

Assim, a Polícia Militar de qualquer estado da federação está sujeita ao Estado Maior do Exército. Daí não ser correto dizer que a PM está fora de controle quando a corporação comete alguma atrocidade contra manifestações populares. Está sem o controle do poder civil, das entidades e órgãos dos governos, mas está sob controle e orientação do Exército brasileiro.

Para tirar dúvidas quanto a esse controle e direção, basta ler o artigo 33 do decreto:

A atividade operacional policial-militar obedecerá a planejamento que vise, principalmente, à manutenção da ordem pública nas respectivas Unidades Federativas.

A intervenção do Exército não é, assim, marca apenas de um governo golpista, fraco e dependente de malabarismos para sobreviver mais alguns meses. A iniciativa existe cotidianamente há tempos.

Por outro lado, expoentes de esquerda ou da academia dão declarações indignadas contra essa atuação, mas poucos tocam na extinção dessa estrutura militarizada das Polícias. Não examinam o essencial.

É inegável que esses pequenos varejistas do tráfico usam armas de grosso calibre, assim como é inegável que latifundiários também usam armas semelhantes para eliminar camponeses em luta pelo direito à terra. E nenhuma tropa é deslocada para locais de conflito com objetivo de confiscar esses arsenais



IANINA REGO/AGÊNCIA BRASIL

A intervenção do Exército não é, assim, marca apenas de um governo golpista, fraco e dependente de malabarismos para sobreviver mais alguns meses. A iniciativa existe cotidianamente há tempos



Ivan Seixas é jornalista, ex-presos político, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste (PR). Foi coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva e assessor especial da Comissão Nacional da Verdade (CNV).



A favela e as Forças Armadas nas ruas

O estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente duas mil favelas. A Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), entidade fundada em 1963, congrega cerca de 800 delas. Nesta entrevista, Felipe dos Anjos, 34 anos, secretário-geral da Faferj e estudante de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), explica porque a entidade é contra a intervenção federal e quais as providências tomadas para assegurar a integridade dos moradores

Andrea Penna

Socialismo e Liberdade - Qual a posição da Faferj sobre a intervenção?

Felipe dos Anjos - Lançamos uma nota no dia seguinte ao anúncio da intervenção. Somos contra a medida. Na nota explicamos que a favela não declarou guerra a ninguém, não somos inimigos das Forças Armadas e defendemos uma interven-

ção social. A intervenção atual é política, ordenada por um governo impopular e corrupto, inimigo do povo. A operação está limitada às favelas, que sofrem um processo de ocupação militar, com a desculpa de combate ao crime organizado e às drogas. Estamos debatendo na entidade a relação da intervenção com as reformas trabalhista e da Previdência, o papel das Forças Armadas e a soberania nacio-

nal. O governo está entregando pré-sal, minérios, setor elétrico e tudo o mais. Nós então perguntamos: as Forças Armadas servem para quê e para quem? Formamos vários grupos de trabalho internamente. O GT de Juventude e Cultura Negra irá denunciar o genocídio do povo negro nas favelas, algo reconhecido por órgãos internacionais. É o que acontece, por exemplo, em Acari, como a vereadora Marielle

Franco denunciou: o 41º Batalhão da PM é o que mais mata no Brasil. Há também o GT de Mulheres e o GT Religioso, para trabalharmos e resolvermos problemas como a intolerância, o discurso de ódio, da homofobia, o machismo e o racismo.

O que será feito com as possíveis violências praticadas pelas forças de segurança?

Temos a ideia de criar a Comissão Popular da Verdade, para reagir à declaração do Comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, que se recusa a aceitar algum tipo de fiscalização. Os militares planejam entrar nas favelas e fazer o que querem. A função dessa CPV será apurar possíveis crimes e violações praticados pelo Exército. Essas intervenções acontecem desde a Eco 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento). Sempre que o Exército entra nas favelas, há crimes e violações. Essa Comissão será restrita a ações do Exército, não entraremos, por enquanto, no mérito das operações realizadas pela Polícia Militar.

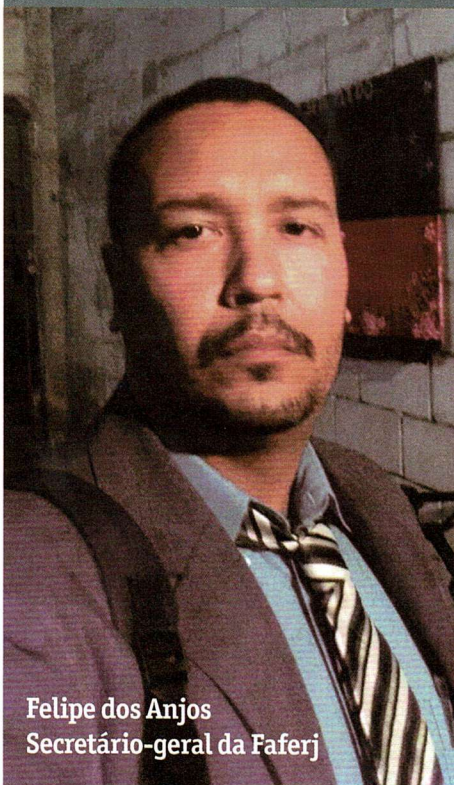
A mídia e o ministro da Segurança falam em guerra. Como vê isso?

Temos muita resistência ao conceito de "guerra". A mídia e membros do governo usam muito o termo: "guerra no Rio" e "guerra nas favelas". Se você parar para pensar, as mortes na guerra são aceitáveis, segundo a lógica do "estamos em guerra". Assim, a morte do policial torna-se aceitável, a morte do morador torna-se aceitável e a do marginal também. A palavra 'guerra' dá permissão para que a morte seja naturalizada. E a mídia vem consolidando esse conceito na cabeça das pessoas. A gente rebate esse conceito.

O tráfico usa armas de guerra?

É difícil a nossa posição, pois as armas da marginalidade são de guerra. Sabemos que nas favelas não há fábrica de armas. Os fuzis que estão nas mãos dos meninos não são fabricados nas favelas e nem no Brasil. Só quem tem poder logístico para importar armas, fazer contatos com vendedores, controlar portos, aeroportos, rodovias e alfândegas pode armar a marginalidade nas favelas. A conclusão é que tem dedo de gente do Estado nisso. Quem controla as fronteiras são as Forças Armadas e a Polícia Federal. São elas que têm de fiscalizar a entrada de armas e drogas no

Os fuzis que estão nas mãos dos meninos não são fabricados nas favelas e nem no Brasil. Só quem tem poder logístico para importar armas, fazer contatos com vendedores, controlar portos, aeroportos, rodovias e alfândegas pode armar a marginalidade nas favelas. A conclusão é que tem dedo de gente do Estado nisso



Felipe dos Anjos
Secretário-geral da Faferj

país. No fundo, quem arma a marginalidade é o mesmo que quer a intervenção.

Quem ganha com a intervenção?

Existe interesse do Estado nesse confronto entre polícia e exército versus favela. Isso resulta em capital político. No fundo, o maior vencedor dessa guerra é o Estado, pois temos o policial pobre matando o morador pobre e o marginal pobre. O PM é um cara pobre como eu, que terminou o segundo grau e passou numa prova. Ai ele ganha uma farda e um fuzil para trabalhar precariamente, com um armamento e equipamento sucateados. Logo o mandam resolver um problema que não é seu. É uma covardia a pressão que se faz sobre o policial e não sobre a polícia, a instituição, que não tem nenhuma idoneidade.

Qual a solução?

Precisamos de um novo modelo de segurança pública, não o que está aí. Sabemos que é um debate difícil, mas temos de deixar claro que não temos nada contra os policiais, e soldados, até por que muitos moram em favelas. Algumas mães apareceram lá na Faferj, contando que seus filhos estão em serviço militar obrigatório. Hoje eles podem estar entrando numa favela. Daqui um ano estarão fora do Exército e um dia qualquer podem ser reconhecidos.

Estamos em ano eleitoral...

Pois é. E o político da direita sabe barganhar com a miséria da favela. Oferecem cesta básica e obras. É o capital versus democracia.

Qual é a rotina da diretoria da Faferj?

As favelas cresceram muito, e a entidade acaba se tornando uma espécie de síndico que administra as relações entre moradores, marginalidade, polícia, milícia e empresas de serviços como Light (luz), CEG (gás), Cedae (água e esgoto)... Em épocas de chuvas, há favelas que ficam mais de um mês sem luz. É o caso de alguns locais do complexo da Maré e de quase todas as favelas que margeiam a avenida Brasil. Cabe a Faferj intermediar essa negociação, por exemplo.



Andrea Penna é
jornalista.

Rio de Janeiro e a doutrina do choque:

Crise fiscal, surto de violência ou projeto estrutural?

A crise do Rio de Janeiro tem causas que vão do ajuste fiscal do governo Federal à queda de arrecadação. Ela abre caminho para uma terapia de choque, na qual não se poupam empregos ou salários

David Deccache

As análises convencionais sobre a crise econômica do Rio de Janeiro costumam dissociar a austeridade fiscal – política federal – das turbulências regionais. Mais do que isso: tratam o caos econômico e a violência como coisas distintas.

O objetivo aqui é recuperar o elo perdido entre austeridade, crise e segurança pública. A crise integra um projeto social construído no bojo de um choque.

PROMESSAS DESCUMPRIDAS

O segundo governo Dilma, ao contrário do prometido na campanha, impôs à sociedade um duro programa de austeridade fiscal, ou seja, um projeto de geração de desemprego (Gráfico 1). Com o golpe de 2016, o ajuste foi aprofundado por intermédio da Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos públicos por 20 anos. Assim, o ajuste torna-se permanente. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a saúde

pode perder até R\$ 743 bilhões com a medida. Já a Educação pode ter cortes de até R\$ 25,5 bilhões por ano, segundo estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

É interessante notar que a justificativa oficial para a imposição do ajuste se baseou no diagnóstico de que a dívida pública estava alcançando níveis supostamente insustentáveis. Dessa forma, um grande corte nos gastos públicos seria necessário para controlar sua evolução em relação ao PIB.

Gráfico 1: a virada à austeridade.



* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.
Fonte: Tesouro Nacional

Porém, é curioso constatar que, em dezembro de 2014, data que pode ser considerada o marco da virada à austeridade, a dívida líquida em relação ao PIB era de 32,59%. Já em dezembro de 2017, após três anos de um ajuste que recaiu, principalmente, sobre as despesas discricionárias, a dívida líquida chegou ao patamar de 52,6% do PIB. Esse dado mostra, claramente, que a imposição do ajuste nada tinha a ver com controle da dívida pública.

Se os programas de austeridade fiscal não controlam a dívida, para que servem? Com base nas lições do economista marxista Michal Kalecki (1899-1970), dentre as principais motivações para a imposição da austeridade fiscal, destacamos três: elevação brutal do desemprego, privatizações e desmonte do estado de bem-estar social.

ELEVAR O DESEMPREGO

A primeira e mais importante motivação é a elevação brutal do desemprego. Isso se dá porque uma economia capitalista operando com alto nível de emprego faz com

que a demissão deixe de desempenhar o seu papel de “medida disciplinar” dos salários. Baixos índices de desemprego elevam a autoconfiança dos trabalhadores. Essa alteração acaba por intensificar processos de greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho, tensionando politicamente o sistema.

Segundo Kalecki, mesmo se considerarmos que os lucros são mais elevados sob um regime de pleno emprego do que nos termos do livre mercado e que o aumento dos salários tenha mais propensão a aumentar preços do que a reduzir lucros, a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” seriam, ainda assim, extremamente apreciadas pelos líderes empresariais. Mas o instinto de classe dos capitalistas sugere que o pleno emprego permanente é insustentável e que uma taxa de “desemprego natural” deveria ser parte integrante da normalidade capitalista. Percebam que, neste ponto, a reforma trabalhista atual potencializa os efeitos da austeridade e do desemprego. É um pacote completo.

PRIVATIZAÇÕES AMPLAS

Uma segunda motivação para o ajuste fiscal seria a imposição de um amplo processo de privatizações. Isso é possibilitado pelo programa de cortes de gastos que recai, principalmente, sobre as despesas discricionárias e tem como consequência a desestruturação da capacidade do Es-

tado em financiar o seu funcionamento básico. Assim, precarizam-se suas ações e avança-se na venda do patrimônio público. Em outras palavras, estamos diante de uma crise auto imposta.

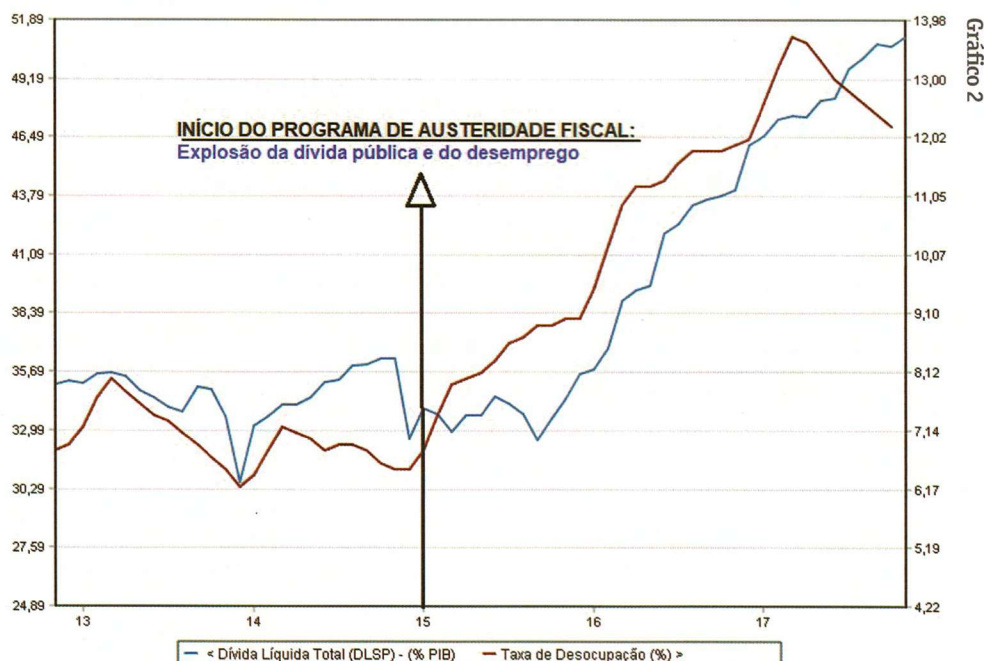
Por fim, a terceira motivação é a reforma da Previdência, que investe contra nosso embrionário Estado de bem-estar, definido pela Constituição de 1988. Como argumento, chantageia-se a sociedade para que aceite perder direitos em troca do saneamento do Estado.

O governo alcançou boa parte dos resultados pretendidos: o número de desempregados praticamente dobrou no curto período de três anos (Gráfico 2)¹. Em relação aos projetos de privatizações, Temer espera avançar na venda da Eletrobras, da Casa da Moeda e da Lotex, além de leilões de aeroportos, ferrovias, rodovias e portos. O Pacote oficial prevê 75 projetos de privatizações para 2018. Por fim, há a reforma da previdência.

Gráfico 02 – Austeridade, dívida pública e desemprego: para que serve o ajuste?

O leitor que acompanhou o texto até aqui deve estar se perguntando: e o que isso tudo tem a ver com a crise no Rio de Janeiro? Explicamos: é impossível uma compreensão minimamente satisfatória acerca da crise regional sem levarmos em conta o projeto neoliberal do governo Temer.

Dentre as principais motivações para a imposição da austeridade fiscal, destacamos três: elevação brutal do desemprego, privatizações e desmonte do estado de bem-estar social



1 O gráfico 2 deixa claro que, apesar da retórica oficial da necessidade do ajuste fiscal para o controle da dívida pública, a trajetória da relação dívida/PIB explode. Enquanto isso, nossa hipótese de que o fim último da austeridade é a geração massiva de desemprego, fica empiricamente comprovada.

Temer e seus aliados do PMDB carioca aproveitaram-se da apatia e desorientação social gerada pela explosão de desemprego e, em complô com a grande mídia, construíram a narrativa de que houve um surto de violência nos últimos meses no Rio, especialmente durante o carnaval



de cirurgia social radical. Não se trata de reformas pontuais, mas sim de uma brusca mudança no funcionamento do Estado.

A crise do Estado do Rio de Janeiro é um sintomático caso desse tipo. Tudo começou com um grande choque de desemprego, que explode no Estado a partir de 2015, a reboque do projeto de austeridade do Governo Dilma. A explosão do desemprego, no Rio, foi ainda mais intensa do que a ocorrida no restante do país por peculiaridades da economia fluminense (Gráfico 03).

Por um lado, a crise tem forte relação com a brusca queda no preço do petróleo, *commodity* central no financiamento do Estado local. Se em junho de 2014 o barril era vendido por US\$ 115, pouco tempo depois, no fim de 2015, era negociado por apenas US\$ 37. Isso bateu de frente com a

arrecadação de impostos na região.

Ainda do lado da arrecadação, há outros dois fatores que merecem menção.

O primeiro é a brusca redução de 70% em termos reais entre 2013-2017 da arrecadação da mais importante receita do estado, o ICMS.

Além disso, as grandes isenções fiscais sem contrapartidas, concedidas pelos últimos governos do PMDB, pioraram a situação. Por fim, a operação Lava Jato gerou forte instabilidade nas indústrias extrativa, naval e na construção civil.

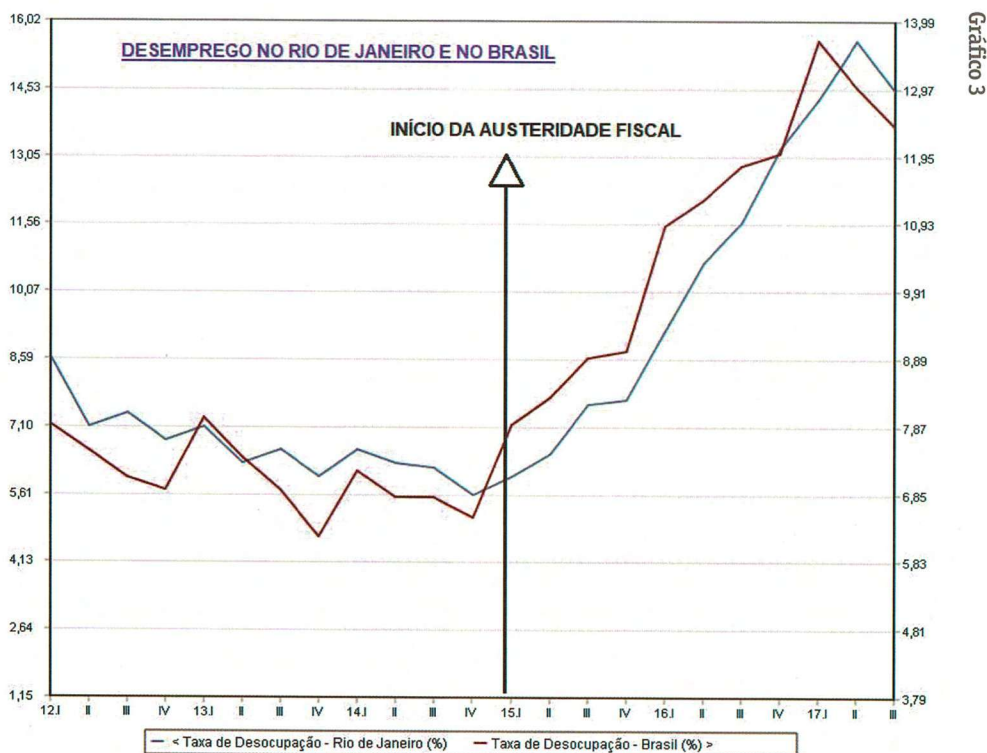
O choque foi intensificado e os cariocas foram duplamente penalizados. A população, como o previsto por Klein, reagiu à situação de forma apática.

Gráfico 03 – O desemprego no Rio de Janeiro e a Austeridade Fiscal

Em dezembro de 2014, início da virada à austeridade, a taxa de desemprego no estado do Rio era de 5,6%. Em menos de três anos, o índice saltou à assustadora taxa de 15,6% de desocupação da população economicamente ativa (dados de junho de 2017).

E qual é o impacto social, político e psicológico de um choque de desemprego tão intenso? Uma boa pista para respondermos à questão está na *doutrina do choque*, teoria desenvolvida pela pesquisadora estadunidense Naomi Klein.

A doutrina é uma filosofia de poder que tem como alicerce a hipótese de que a melhor maneira para o capital impor as ideias radicais do livre-mercado é no período subsequente ao de um grande choque. Essas crises são auto impostas através de impactos brutais que desorientam sociedades inteiras. A partir disso, abrem-se janelas para que seja introduzida a 'terapia do choque econômico', uma espécie





FERNANDO FRAZÃO / AGENCIA BRASIL

É impossível uma compreensão minimamente satisfatória acerca da crise regional sem levarmos em conta o projeto neoliberal do governo Temer

O SURTO DE VIOLÊNCIA

O Governo atual tinha mais uma carta na manga. Temer e seus aliados do PMDB carioca aproveitaram-se da apatia e desorientação social gerada pela explosão de desemprego e, em complô com a grande mídia, construíram a narrativa de que houve um surto de violência nos últimos meses no Rio, especialmente durante o carnaval. Surto esse desmentido, de maneira enfática, pelos dados oficiais: a presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio, Joana Monteiro, afirmou que os dados de segurança do Rio de Janeiro divulgados pelo órgão mostram que não houve uma onda de violência atípica neste carnaval. Além disso, dezembro de 2017, ainda segundo dados do ISP, mostrou evolução positiva com relação ao mesmo mês de 2016 em um amplo conjunto de variáveis relacionadas à segurança pública:

(i) *A letalidade violenta teve queda de 10,9% em dezembro de 2017 com relação ao mesmo mês de 2016;*

(ii) *Homicídio doloso - redução de 5,2% em relação a dezembro de 2016*

(iii) *Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial - Redução de 23,1% em relação a dezembro de 2016*

(iv) *Roubo de carga - Redução de 13,2% em relação a dezembro de 2016*

(v) *Roubo a estabelecimento comercial - Redução de 9,2% em relação a dezembro de 2016*

Apresenta-se um falso diagnóstico, vende-se uma falsa solução, ofuscam-se os reais problemas e aprofunda-se o processo de alienação coletiva de uma sociedade chocada com o desemprego e com o suposto surto de violência. A intervenção é um bode na sala

DUPLO CHOQUE

O duplo choque - desemprego e intervenção federal - tem metas claras. Diante do fracasso de uma medida central do golpe - a reforma da Previdência -, o governo buscava uma cortina de fumaça. Assim nasceu a intervenção.

Ela ofuscou a derrota oficial e criou uma espécie de alienação coletiva em relação à crise econômica. Apresenta-se um falso diagnóstico, vende-se uma falsa solução, ofuscam-se os reais problemas e aprofunda-se o processo de alienação coletiva de uma sociedade chocada com o desemprego e com o suposto surto de violência. A intervenção é um bode na sala.

Trata-se de um projeto. O máximo de repressão, o mínimo de Estado.



David Deccache é economista e assessor econômico da bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

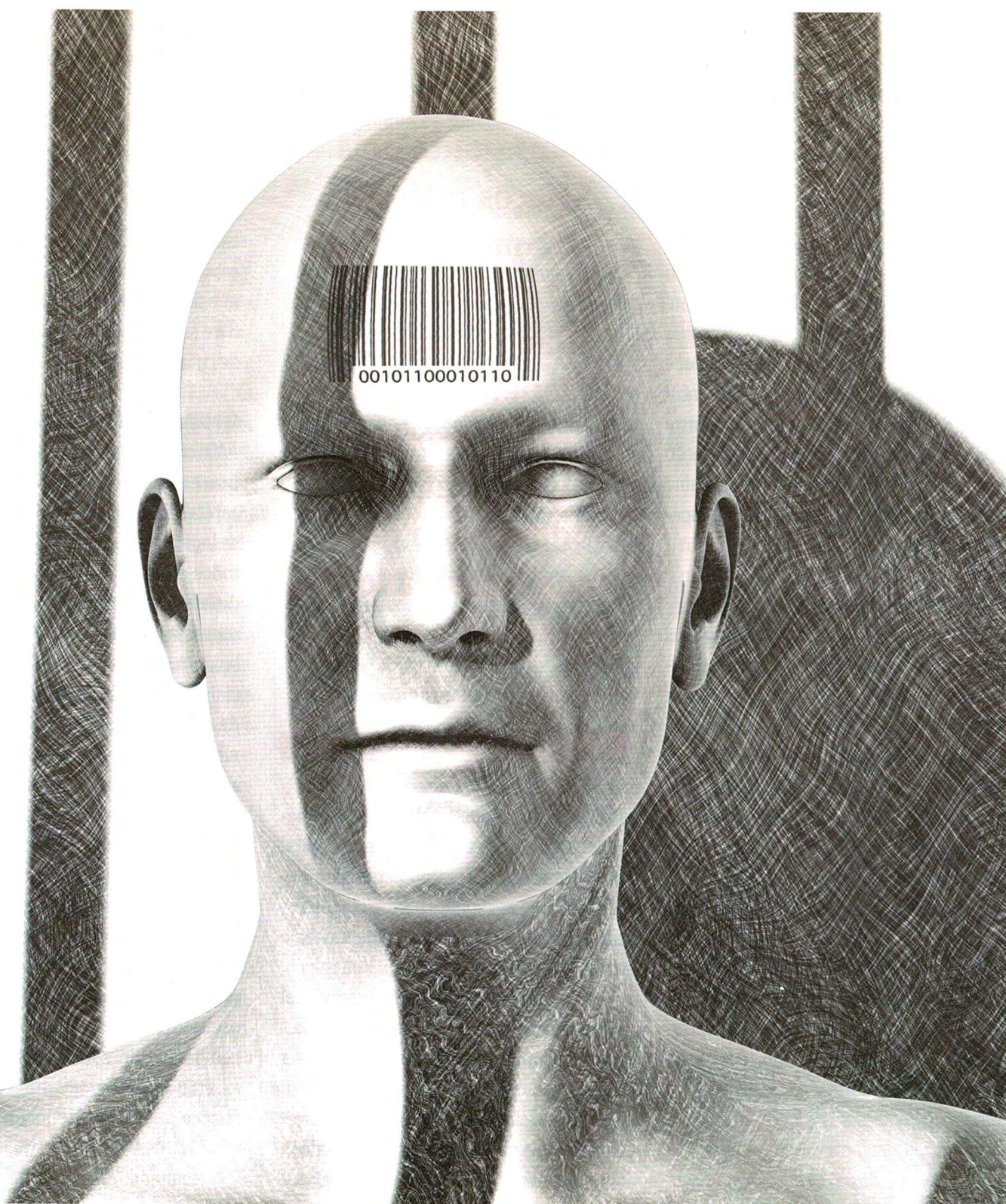
E se acabarem com o teu Carnaval?

ROSA MARIA MARQUES

O projeto estratégico do governo Temer – e do grande capital internacional – para o Brasil é composto por três dimensões básicas: desnacionalizar o que ainda há de

nacional, diminuir o tamanho do Estado e flexibilizar totalmente o mercado de trabalho.

É preciso ter em mente o quadro global para se entender as reformas levadas a cabo no plano interno



No curto tempo de existência do famigerado governo Michel Temer, assistimos serem implantadas mudanças institucionais no país que alteraram radicalmente o papel e o lugar do Estado na sociedade brasileira e a relação entre empregado e empregador. Esse foi o caso da inscrição, no texto da Constituição, do congelamento dos gastos em nível federal por vinte anos; da permissão do uso da terceirização em toda e qualquer atividade; e da aprovação da reforma trabalhista, que alterou 117 artigos e 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Ao lado disso, avança a privatização e a participação de empresas estrangeiras naquilo que ainda não havia sido privatizado nesse país. Vale destacar a alteração da regra de exploração do Pré-Sal, de modo a permitir que outras empresas (que não a Petrobrás) explorem os poços de petróleo nessa camada da terra, e para a colocação à venda da Eletrobrás, responsável por 38% da geração energética do país e pela transmissão de energia elétrica para mais da metade da população brasileira. E isso sem mencionar a intenção evidente do governo - traduzida na participação de Temer, em janeiro desse ano, em Davos - de privatizar o Aquífero Guarani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km². No *standby*, a reforma da Previdência, que, entre outros aspectos, resultaria na ampliação de mercado para os Fundos de Pensão, uma das formas mais agressivas do capital especulativo / fictício internacional.

RESULTADOS PERCEPTÍVEIS

Redução significativa do tamanho e das funções do Estado; aumento da privatização e da presença de capital estrangeiro nas atividades desenvolvidas no país; ampliação acelerada da flexibilização e da precarização do mercado de trabalho. Esses são os resultados esperados e já perceptíveis das mudanças institucionais realizadas nesses tempos de Temer. Desnecessário salientar, aqui, as consequências disso tudo para os trabalhadores brasileiros, principalmente para os mais desfavorecidos.

A realidade do desemprego, das demissões em massa e da ampliação de do trabalho informal e precarizado, depois da aprovação da reforma trabalhista, bem como o descalabro que atinge a saúde e a educação no país, carente de recursos, é conhecida de todos. O que nos resta fazer,

num primeiro momento, é tentar entender como essas mudanças se inserem no quadro geral do capitalismo internacional e a que interesses responde.

O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA CRISE

O capitalismo contemporâneo apresenta dois traços maiores: está mundializado e financeirizado. Não há lugar no planeta onde não esteja presente e é fortemente dominado pelo que é chamado de capital financeiro (capital portador de juros, para Marx) e, dentro dele, pelo capital fictício

O capitalismo contemporâneo apresenta dois traços maiores: está mundializado e financeirizado. Não há lugar no planeta onde não esteja presente e é fortemente dominado pelo que é chamado de capital financeiro

(formado por títulos públicos, ações e derivativos de todos os tipos). É esse capital que, atualmente, está no centro das determinações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2005). Dito de outra maneira: é ele quem "manda".

As consequências do fato de esse capital estar situado no centro dessas determinações são muitas e aqui não podem ser exploradas. Para o objetivo desse artigo, é suficiente lembrar que sua lógica imediatista, de obter a maior rentabilidade agora, contamina as atividades desenvol-

vidas pelo capital produtivo e comercial, se coloca como um obstáculo à realização de novos investimentos (cujo prazo de maturação não é o hoje e sim o médio e o longo prazo) e provoca ondas de demissão toda vez que um departamento ou filial não consegue realizar um lucro, no mínimo, igual à média da rentabilidade das aplicações em ativos.

Nem sempre foi assim. Para se ter uma ideia, basta lembrar que, nos trinta anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, o capital que dominava era aquele ligado à produção e que o capital dito financeiro, embora existente, é claro, estava largamente regulamentado e, por isso, contido. É somente a partir do momento em que a reprodução do capital ligado à produção começou a apresentar problemas, registrando queda na taxa de lucro, que as políticas adotadas no período anterior passaram a ser questionadas. Teve início, então, um processo de desregulamentação em todos os planos, principalmente na esfera financeira, concedendo cada vez mais liberdade de ação para o capital financeiro. Hoje, na prática, este não tem mais obstáculos a transpor, sendo livre seu trânsito no mundo e no interior de cada país.

O MERCADO COMO LUGAR IDEAL

Tal como salientado em outro lugar, para que essa liberdade fosse alcançada pelo capital financeiro, era importante (para se legitimar) que ele falasse em nome de todos os outros capitais, por isso a defesa do afastamento do Estado em questões sociais e econômicas, a luta pela desregulamentação de todos os mercados, especialmente do trabalho e o franqueamento de atividades antes a eles interditas, completamente ou parcialmente. Daí decorre a eleição do mercado como o *locus* ideal da otimização dos recursos e da obtenção máxima de satisfação e/ou da eficiência, objetivos sempre explícitos no discurso neoliberal. Em outras palavras, no plano da retórica, a liberdade pretendida pelo capital portador de juros só encontraria eco se respondesse aos anseios de todo o capital, pois o capital produtivo, aquele comprometido com a produção de bens e serviços, enfrentava dificuldades com relação a sua taxa de lucro (MARQUES e CAMILA, 2017).

O resultado disso tudo foi a construção

de um mundo globalizado e financeirizado, mas também de um movimento desenfreado visando o reestabelecimento de taxas de lucro adequadas, que possibilitassem uma nova expansão do capital no plano mundial. Em parte o capital teve sucesso nessa empreitada e, para isso, contribuíram sobremaneira a dissolução da antiga União Soviética e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Mas as taxas de lucro, embora tenham voltado a subir na metade dos anos 1980, não conseguiram atingir os níveis do final de 1960.

Além disso, os capitais produtivos, comercial e o capital dito financeiro, iniciaram um processo de amalgamento, de fusão, de forma que, atualmente, parte significativa do lucro de grandes empresas tem origem nas atividades financeiras. E esse capital está sempre alerta, buscando oportunidades de maior rentabilidade. Por isso, seus investidores, nos quais se destacam os fundos de pensão, não têm nenhum compromisso com a empresa, atividade ou país onde aplicam seus recursos, saindo delas rapidamente, sempre que uma rentabilidade maior se apresentar.

Esse é o quadro geral, mundial, no qual o Brasil está sendo empurrado a se inserir de forma completa.

O BRASIL NÃO É UMA ILHA

Antes fosse uma ilha, para que tivéssemos a melhor saúde pública do mundo e uma educação universal e de nível! Mas deixando de lado essa brincadeira com relação ao *slogan* dos “coxinhas”, que di-

É preciso lembrar que, em janeiro de 2015, durante o governo Dilma, a interdição do capital estrangeiro na área da saúde foi suprimida

zem, aos que se manifestam contra Temer, para irem para Cuba, é preciso pensar que o Brasil não está isolado e protegido do movimento e da dinâmica do capital internacional.

Trata-se de um país capitalista dependente e, por isso, age, na melhor das hipóteses, de forma reativa ao movimento de reprodução do grande capital internacional. É um país onde o capital estrangeiro há muito é livre para fazer seus investimentos, sejam eles junto à indústria, comércio, serviços de toda ordem, atividades agropecuárias e de extração ou mesmo junto ao mercado financeiro. É preciso lembrar que, em janeiro de 2015, durante o governo Dilma, a interdição do capital estrangeiro na área da saúde foi suprimida. É, ainda, um país que adota o regime de câmbio flutuante. Não há, portanto, restrição à entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil, com exceção para a compra de terras. Mas é difícil dizer quanto tempo mais a legislação que a regula irá vigorar, pois a “flexibilização” ou “ampliação” das condições para que os estrangeiros aqui comprem terras recorrentemente volta à tona, e há projeto de lei sobre isso tramitando no Congresso Nacional.

A GLOBALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Na esfera da produção e da circulação, o grande capital já estava livre de obstáculos e se beneficiava de total liberdade. Mas havia um mercado que não tinha, até então, se adequado às normas da reprodução do capitalismo globalizado e “financeirizado”. Este era o mercado de trabalho. Sua legislação, que definia a gestão da força de trabalho junto aos trabalhadores do mercado formal, não estava de acordo com aquela defendida e praticada (quando não enfrentava resistência dos movimentos organizados) pelas empresas internacionalizadas. Desse modo, a CLT passou a ser encarada como um obstáculo à integração junto ao mercado internacional.

Analisado do ponto de vista do grande capital, associado ou não ao capital internacional, era completamente insuficiente para permitir livre acesso à produção e circulação de mercadorias e de capital: era necessário que isso fosse acompanhado pela alteração das condições de sua reprodução, o que necessariamente envolvia a gestão da força de trabalho. Nesse contex-

A reforma trabalhista foi realizada com o intuito de conceder segurança ao capital estrangeiro, ao capital que está interessado em comprar ou aplicar nos negócios agora colocados à venda no país

to, assume importância ímpar a reforma trabalhista promovida pelo governo Temer e sua proposta de reforma previdenciária.

A reforma trabalhista foi levada a cabo com o intuito de conceder segurança para o capital em geral, mas principalmente para o estrangeiro, para o capital que está interessado em comprar ou aplicar nos negócios agora colocados à venda no país mediante processos de privatização ou de levantamento da proibição legal que existia antes. Assim, o sentido geral da reforma trabalhista é conceder garantia jurídica para que o grande capital internacional, principalmente o financeiro, mas associado ao capital industrial e comercial, complete a integração da economia brasileira à economia mundial. Dessa forma, o custo do trabalho estará controlado, de modo que o capital aqui instalado possa competir com o de outras economias, nas quais ele é muito reduzido.

As mudanças introduzidas pela reforma acabam com o passivo trabalhista (DIEESE, 2017). Esse sempre foi um problema para os empresários, que dificultava o planejamento de seu custo com a contratação de força de trabalho. Em geral, a justiça acabava por impor o cumprimento da lei, o que gerava passivo trabalhista de valor muitas vezes imprevisível. A partir

da reforma, o custo da força de trabalho é calculável, podendo ser estimado de antemão. E o nível desse custo, com a aplicação do conjunto de mudanças, e sem considerar o passivo trabalhista, tende a ser menor do que o atual. Esse será o resultado, entre outros, da introdução da supremacia do acordado sobre o legislado e da criação de diversas modalidades de vínculos, das quais a mais perversa é, certamente, a do trabalho intermitente. Em termos de gestão da força de trabalho, o que veremos é que as empresas tenderão a manter um núcleo duro de trabalhadores e, caso a demanda por seus produtos aumente, irão contratar novos empregados se valendo das diferentes formas de contratação referendadas pela reforma.

TERCEIRIZAÇÃO GERAL

Outro aspecto da reforma, que é muito importante, é o fato de ter sido aprovado que a terceirização poder ocorrer para qualquer atividade, do setor privado e público, seja ela meio ou fim. No caso específico do setor público, essa mudança vem ao encontro do objetivo de reduzir o Estado. No plano das prefeituras, já tem ocorrido contratação de empresas mediante pregão, principalmente na área da educação.

A reforma previdenciária, como todo mundo sabe, está em *standby*, mas ela certamente entrará novamente na pauta do Congresso depois das eleições e/ou em 2019. A aplicação da proposta inicial do governo tinha quatro objetivos básicos, sem desmerecer a importância de outras modificações encaminhadas. O de “harmonizar” os regimes previdenciários, seja entre o dos servidores e o dos trabalhadores do mercado formal, seja entre rurais e urbanos, seja entre os servidores dos três níveis de governo; de exigir, como critério para a aposentadoria, a idade; de aumentar significativamente o tempo de contribuição e o de reduzir o valor da aposentadoria.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In CHESNAIS, F. (org.). *A finança mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. São Paulo, Dieese, Nota Técnica, nº 178, maio de 2017a.

MARQUES, Rosa Maria e UGINO, Camila Kimie. *O Brasil é chamado à ordem*. Vitória, Argumentum, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017, p. 8 – 23.

O Brasil um país onde o a capital estrangeiro há muito é livre para fazer seus investimentos, sejam eles junto à indústria, comércio, serviços de toda ordem, atividades agropecuárias e de extração ou mesmo junto ao mercado financeiro

Como sabido, essa proposta enfrentou ampla rejeição, pois rapidamente a população entendeu de que forma ela iria afetar sua condição de vida, na ativa e quando aposentado. Por isso mesmo, o projeto foi modificado ao longo do tempo em que permaneceu em pauta do Congresso. Apesar disso, seu pilar permanece na última versão: o de introduzir a idade como critério da aposentadoria e o de reduzir o valor do benefício. Desnecessário dizer que a proposta de reforma da Previdência é um dos aspectos da aplicação do novo regime fiscal vigente no país, que visa congelar os gastos públicos.

QUAL O PROJETO?

Em resumo, pode-se dizer que o projeto para o país, defendido pelo grande capital e adotado pelo governo Temer, é formado por três objetivos. O primeiro consiste em desnacionalizar o que ainda há de nacional no país. Entre outros tópicos, estão particularmente a terra, o que resta das estatais, a plena exploração do petróleo e também setores de atividades que, embora estejam se desnacionalizando desde os anos 1990, seguem na mira do capital estrangeiro, tal como a indústria de autopeças. O segundo objetivo, é diminuir o tamanho do Estado para algo em torno de 10% do PIB, para o qual a Emenda Constitucional 95 é sua expressão acabada. O terceiro objetivo é o de flexibilizar totalmente o mercado de trabalho brasileiro.

Frente à realidade avassaladora que nos é imposta pelo grande capital, que se depreende desses objetivos, cabe perguntar, tal como Gonzaguinha, em “Você merece”: e “se acabarem com seu Carnaval?”

Ao que tudo indica a reação necessária não parece estar somente implícita no verso do poeta, dada a evidente rejeição ao atual governo, revelada nessa festa popular deste ano.



Rosa Maria Marques é professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUCSP. Militante do PSOL

CLEMENTE GANZ, DIRETOR TÉCNICO DO DIEESE

Os efeitos da reforma trabalhista serão sentidos mais adiante

Entrevista à Gilberto Maringoni

Para o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, curitibano de 59 anos, a reforma da Previdência é mais concreta do que a trabalhista. “As empresas começam a testar as novas regras, numa espécie de jogo de tentativa e erro”, diz ele. Com a contração do mercado, a reação dos sindicatos tornou-se mais difícil. Um dos graves problemas é que as reformas não passaram pelas urnas. Agora, o empresariado tem um dilema sério, segundo Clemente: “Eles não podem permitir que a eleição seja ganha por quem defende o referendo revogatório para as reformas”

A reforma trabalhista está em vigor desde novembro. É possível já sentir seus efeitos?

Essa percepção virá nos próximos anos. A reforma faz parte de uma profunda mudança estrutural na economia brasileira. As empresas estão alterando suas lógicas corporativas. O caso mais claro está na expansão do setor de serviços. Ali há uma mudança organizativa, diferente do setor industrial clássico, com empregos mais instáveis e maior volatilidade no vínculo laboral. É o caso de restaurantes e bares, que têm picos de demanda em determinados dias da semana. Isso pressiona por maior flexibilização de horários, dias trabalhados e contratos. No caso da indústria, isso se soma ao progresso tecnológico, com permanentes inovações em softwares e computadores, e a substituição da força humana por robôs. A consequência lógica é também mudar a atuação da Justiça do Trabalho e dos próprios sindicatos. Estão criando um novo ambiente de segurança para as empresas e de insegurança para os trabalhadores.

Houve pouca mobilização real contra a reforma durante sua curta tramitação e mesmo depois. O que aconteceu?

Esse processo de mudanças radicais ainda não é plenamente perceptível pelo trabalhador. É uma dinâmica contínua. As empresas começam a testar as novas regras, numa espécie de jogo de tentativa e erro. Como o mercado está muito ruim, o trabalhador tem dificuldade de reagir. Os sindicatos estão encurralados. O fim do imposto sindical não foi organizado pelas entidades. A reforma acabou com ele e não se colocou nada no lugar. Isso cria uma situação que reduz a sustentação material dos sindicatos.

A mobilização foi maior contra a reforma da Previdência. Os parlamentares chegaram a ficar com medo de apoiá-la e votar. Por que?

A diferença se dá porque a reforma da Previdência impacta diretamente o trabalhador, que vislumbra a possibilidade de

não mais se aposentar. Atinge com intensidade os mais velhos, o que engloba a maior parte dos dirigentes sindicais. É algo muito concreto, ao contrário da reforma trabalhista, cujos efeitos se diluem no tempo, apesar da verdadeira devastação operada na CLT. Repito: as mais de cem mudanças na lei serão sentidas mais adiante.

A médio e longo prazo, a reforma trabalhista cria um problema para o empresário que produz para o mercado interno. Com a precarização do trabalho e o arrocho salarial, a demanda se contrai. Quais as consequências dessa situação?

A reforma trabalhista cria esses problemas ao reduzir a massa salarial e comprimir a demanda, criando um problema estrutural. O consumo tende a cair. Os resultados de medidas semelhantes realizadas na Espanha e no México não deram certo. Se o vínculo empregatício fica mais flexível, isso atinge os indicadores. O desemprego pode cair, mas a precarização aumenta. O que se cria agora são empregos instáveis, principalmente para os jovens.

Caminhamos para uma situação como a de Bangladesh, com empregos ruins, baixíssimos salários e com uma indústria voltada para exportação?

Sim, podemos ter um cenário como o de Bangladesh, mas há muitas diferenças. Não há precedentes de tamanha regressão social em um país com a dimensão do Brasil, uma das maiores economias do planeta. Além disso, essas mudanças são acompanhadas de iniciativas desnacionalizantes, privatizantes e de profunda desregulamentação. Estão gerando uma situação de países em guerra. No entanto, o país não foi chamado a deliberar sobre isso. Precisaram construir o impeachment para realizar reformas ilegítimas. A desnacionalização apresenta um problema sério: o lucro vai para as matrizes, o país fica sem investimentos e o Estado perde a capacidade de investir e tomar medidas anticíclicas.

As empresas começam a testar as novas regras, numa espécie de jogo de tentativa e erro. Como o mercado está muito ruim, o trabalhador tem dificuldade de reagir. Estão criando um novo ambiente de segurança para as empresas e de insegurança para os trabalhadores

O imposto sindical deveria ter acabado?

NÃO

Imposto modesto e honesto

João Franzin

Os últimos tempos têm sido duros para o movimento sindical e os trabalhadores. As agressões vêm de toda parte. O marco divisor desse período foi o *impeachment* de Dilma Rousseff, cujo governo teve uma fase de avanços reais, mas depois, no final de 2014, passou a atacar direitos, com as MPs 664 e 665, isolando o governo de sua base sindical.

O modo de governar de Michel Temer não surpreende. Isso estava claro em *Uma ponte para o futuro*, documento no qual o PMDB radicaliza o projeto neoliberal e elege como alvos o trabalhador, o sindicalismo e a soberania nacional.

Temer acelerou a agenda neoliberal. O projeto das terceirizações precarizou gravemente o trabalho, reduziu ganhos salariais e confundiu a representatividade sindical. A segunda pedrada, ainda mais violenta, veio com a aprovação da lei trabalhista, que corta direitos, precariza o trabalho, fragiliza as entidades sindicais e afeta até a Justiça do Trabalho.

Os autores dessa agressão, referendada pelo Congresso, agiram com método. Isso fica claro, por exemplo, no boicote ao imposto sindical, base de custeio do sistema Confederativo, reafirmado na Constituição de 1988, e fonte de sustentação das próprias Centrais. Pela nova lei, o desconto exige autorização individual do empregado. Já o rico Sistema S patronal - em torno de R\$ 19 bilhões ao ano - foi integralmente mantido, garantindo recursos à Fiesp e demais Federações patronais, fiadoras da radicalização neoliberal.

O ataque ao custeio, com a consequente fragilização das entidades de trabalhadores, visa aplinar terreno para a expansão selvagem do capital. Isso fere, claramente, o modelo gestado por Getúlio Vargas, que

buscava equilíbrio entre os agentes econômicos, com Sindicatos fortes e financeiramente autônomos.

Para aprovar a reforma e derrubar o custeio, o governo esparramou a ideia de que o grande ganho seria o próprio fim do imposto compulsório. Só agora, depois de sofrer na pele o furor patronal nas campanhas salariais, é que setores sindicais reúnem condições de mobilizar suas bases pela continuidade da contribuição.

Os neoliberais vendem a tese de que o sindicalismo deve se manter com a mensalidade dos sócios, cuja média nacional está em 18%. Mas é impraticável que 18% banquem todos os demais. Não temos estabilidade de emprego no Brasil e a rotatividade da mão de obra é abusiva. No setor de brinquedos chega a 60% ao ano. Ou seja, ainda que a entidade sindicalize 100% da categoria (meta impossível), ao final de um ano só 40%, se tanto, permaneceriam associados.

Quando Vargas, em 1937, instituiu o imposto sindical havia ali uma visão de mundo e de Estado, colocado no centro do projeto nacional de desenvolvimento e da soberania nacional. O imposto é de uma modéstia franciscana - desconta um só dia de trabalho entre os 360 do ano. Na prática, significa 0,25% do salário mensal do trabalhador.

Existe muita crítica infundada ao imposto sindical. Tais críticos, porém, não falam que o Sindicato fica obrigado a dar assis-

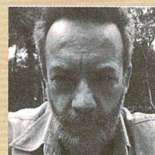
tência jurídica gratuita para todos, sócios ou não. E isso não é pouco num País onde o patronato pisoteia as leis. É preciso também reconhecer que se trata de um imposto honesto - tem Carteira assinada, nome, profissão, RG, CPF e endereço fixo. A mecânica operacional do recolhimento também é transparente, pois se faz por depósito em conta específica, na Caixa Econômica Federal. Não há espaço para desvios.

E como estamos neste momento? Numa situação dura, pois muitas entidades demitiram funcionários, reduziram benefícios aos sócios, elevaram o preço de serviços ou pejetizaram setores profissionais. Até porque a tal MP que Temer editaria pra compensar o fim da contribuição sindical não aconteceu, enganando apenas quem queria ser enganado.

De todo modo, a questão dos recursos está sendo enfrentada. Tem havido progresso nas bases onde entidades mais atuantes conseguiram combinar a luta pela defesa dos direitos (Nenhum direito e menos!) com o debate pró-custeio. E resta ainda a frente Jurídica, inclusive no STF, onde tramita mais de uma dezena de ADIs - Ação Direta da Inconstitucionalidade.

Neste momento, há empenho de amplos setores sindicais em aumentar o número de sócios. Mesmo que isso não saneie o custeio, o movimento é correto, pois aproxima direção e base, agrega a categoria e fortalece a defesa dos direitos. Portanto, resistir, com a base, faz bem ao caixa sindical, preserva direitos e mobiliza a classe trabalhadora, num ano em que seu voto será disputado, inclusive por partidos e candidatos patrocinados pelo mercado.

Quando Vargas, em 1937, instituiu o imposto sindical havia ali uma visão de mundo e de Estado



João Franzin é jornalista da Agência Sindical

O imposto sindical deveria ter acabado?

SIM

O fim do imposto sindical é ruim para os trabalhadores?¹

Armando Boito Jr.

Um governo golpista, reacionário nas áreas econômica, social, cultural e de política externa, aprovou uma reforma trabalhista que só faz retirar direitos dos trabalhadores e, dentro dessa reforma, incluiu o fim da contribuição sindical obrigatória.

I

A primeira reação que se pode ter diante desse fato é a seguinte: se um governo reacionário como esse tomou tal iniciativa ela só pode ser prejudicial aos trabalhadores. No entanto, o sindicalismo e a esquerda não podem se guiar pela ideia simplista de que o correto é fazer o contrário exato do que faz o inimigo, pois se esse estiver assumindo uma posição equivocada do ponto de vista de seus próprios interesses – e é bom lembrar que a direita também erra – o sindicalismo será levado, ao defender a posição contrária a, de fato, defender aquilo que interessa ao inimigo e não ao sindicalismo.

No campo das forças populares e democráticas, cabe lembrar que a CUT, quando foi criada e também ao longo de boa parte de sua existência, posicionou-se contra o imposto sindical. Recentemente, sob o governo Dilma Rousseff, a CUT organizou uma campanha nacional pelo fim do imposto sindical. Na Intersindical e também na CSP-Conlutas, encontramos grupos que se opõem ao imposto. No campo sindical, de uma maneira geral e também à época da reforma trabalhista, quem foi contra a extinção do imposto sindical de modo explícito, público e ativo foram, principalmente, as centrais sindicais mais conservadoras ou pelegas, como a Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Já no campo burguês, vale ressaltar que a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e muitos sindicatos patronais posicionaram-se contra a extinção do imposto sindical. Muitos, num segundo momento, passaram a defender o fim do imposto, como foi o caso da Fiesp, mas tal se deu porque os sindicatos patronais da indústria têm como principal fonte de arrecadação hoje o Sistema S, também sustentado por um imposto. A conclusão geral é a seguinte: qualquer que seja a posição que assumamos nessa matéria, iremos constatar que teremos ao nosso lado tanto boas quanto más companhias.

II

Uma argumentação mais refletida, e que tem dominado esse debate, consiste em argumentar que o fim do imposto reduz as finanças dos sindicatos e, portanto, reduz sua capacidade de organização e de luta. E esse deve ser justamente o cálculo que fizeram os partidos conservadores no Congresso Nacional e as associações patronais.

Primeiramente, é preciso romper a relação mecânica entre finanças sindicais e organização e luta sindical. Alguns dos sindicatos mais ricos, porque têm uma base muito extensa pagando o imposto sindical, são aqueles que pouco ou nada organizam e lutam e muitos deles são pelegos. Exemplo disso é a maioria dos sindicatos dos comerciários – em São Paulo, esse sindicato tem na sua base cerca de 800 mil trabalhadores, todos, até o ano em curso, tinham um trinta avos de seus salários descontados obrigatoriamente para pagar o imposto sindical. A grande maioria dos sindicatos brasileiros constrói e possui sedes enormes e até suntuosas, adquirem equipamentos que pouco têm a ver com a organização e a luta sindical, são sindicatos ricos no patrimônio, mas pobres na ação sindical.

III

Desde a Constituição de 1988, surgiu no Brasil uma verdadeira indústria da criação de sindicatos.

Antes da Constituição de 1988, para se criar um sindicato, era preciso percorrer um caminho complicado para obter autorização, funcionar experimentalmente por três anos e, só depois, e eventualmente, obter a carta sindical. Após a Constituição atual, que liberalizou o sistema sem contudo implantar a liberdade sindical, passou a ser possível criar sindicatos sem autorização prévia do Estado e a indústria da criação de sindicatos proliferou. Hoje, o Brasil possui cerca de 12 mil sindicatos de trabalhadores. Ou seja, a unicidade sindical e o imposto pulverizaram o sindicalismo brasileiro.

A indústria da criação de sindicatos dividiu a base de sindicatos já existentes por território ou por categoria; transformou sindicato grande em sindicatos médios e sindicato médio em sindicatos pequenos. Não agregou em matéria de organização.

São esses sindicatos pequenos e artificialmente criados que serão os mais penalizados pelo fim do imposto sindical. A maioria deles está sob controle quase inexpugnável de pelegos que tornaram as eleições nesses sindicatos uma farsa. É bom que tais sindicatos pereçam e que suas bases retornem aos sindicatos de origem. Ademais, o fim do imposto pode representar uma pequena brecha num sistema montado todo ele para que o Estado tutele e controle o movimento sindical.



Professor de Ciência Política da Unicamp e editor da revista Crítica Marxista

¹ Versão modificada de texto publicado no Brasil de Fato em dezembro de 2017. A íntegra do texto está na página da Fundação Lauro Campos.

Abolição 130 anos: nossos passos vêm de longe¹



As lutas dos negros brasileiros são muito anteriores à Abolição e se colocam de forma renovada neste início do século XXI, quando sociedade brasileira dá novas mostras de preconceito e intolerância

VALENTIN SIDELNIKOV / 123RF

Regina Claro

Vivemos em uma sociedade de enfrentamentos dissimulados e igualmente perversos. Em uma hostilidade cotidiana revestida de convivência pacífica. Passados 130 anos da assinatura da lei que aboliu a escravidão no Brasil, em tempos de Golpe de Estado, retrocessos e desmonte dos direitos do cidadão, mais do que nunca é imprescindível refletir.

Nesse momento, a ação combativa deve retomar e se apoiar na historicidade do presente. Os preconceitos que nos dominam frequentemente comprometem o verdadeiro reconhecimento do nosso passado histórico. Valorizar as lutas e o resul-

tado das práticas dos movimentos sociais podem ser elementos inspiradores para nossa atuação no presente.

LONGO PROCESSO

A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 foi o desfecho de um longo processo de mobilizações negras e não um ato de vontade de uma princesa ou de concessão das elites. Os movimentos abolicionistas são anteriores a 1879 e a atuação antiescravista de Joaquim Nabuco no Parlamento. Associações negras são anteriores à Lei Eusébio de Queirós (1850) e as manifestações negras coletivas haviam crescido na segunda metade dos anos de 1860, antes da Lei do Ventre Livre (1871).

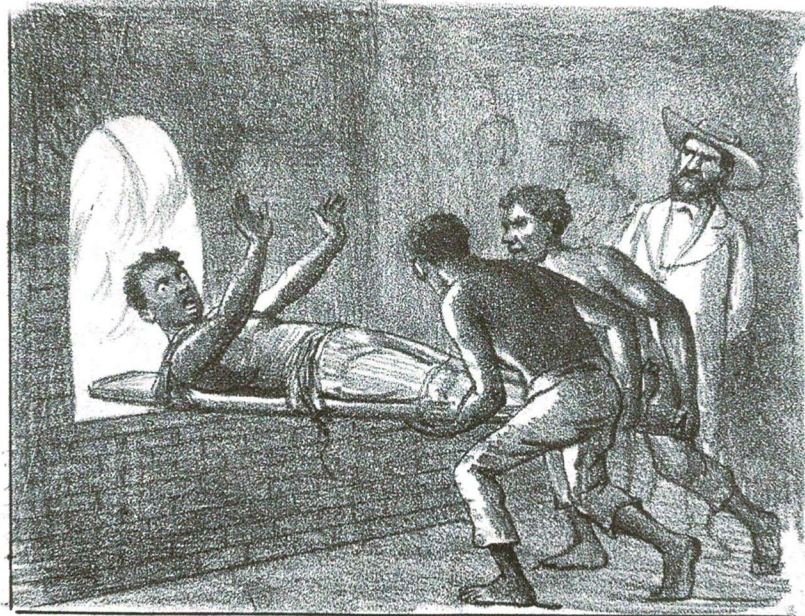
Ao longo de duas décadas, entre 1868 e 1888, foram realizados 1.446 eventos de protestos abolicionistas articulando uma variedade de estratégias de mobilizações, sobretudo, a organização de 293 associações, 600 manifestações públicas, ações diretas, simbólicas, de difusão e confronto que se distribuíram por 236 cidades, em todas as províncias do Império. A mobilização abolicionista foi, portanto, grande, estruturada e longa.²

Urge fazer o exercício de trazer para o presente, relembrar as resistências, contra-ataques, dissidências, e, portanto, as ações, dos negros e negras do pós-Abolição, que problematizaram e desconstruíram linguagens. Problematicaram e

¹ "Nossos passos vêm de longe", frase que se tornou lema e que ganhou visibilidade na escrita e na voz de Jurema Werneck, médica, doutora em comunicação pela UFRJ, fundadora da ONG Criola e diretora da Anistia Internacional no Brasil. Este lema nos remete ao nosso ponto de partida que é a ancestralidade de líderes e protagonistas das diversas lutas do povo negro.

² Banco de dados organizado pela profa. Dra. Angela Alonso a partir de notícias de jornais de 9 províncias (Hemeroteca da Biblioteca Nacional). Ver: ALONSO, A. Flores, votos e balas: o movimento pela abolição da escravidão no Brasil. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

**Os preconceitos
que nos dominam
frequentemente
comprometem
o verdadeiro
reconhecimento
do nosso passado
histórico**



**Cenas da
escravidão,
Angelo
Agostini,
1886**

desconstruíram normas, que ousaram desnaturalizar o preconceito, que romperam binarismos e pensaram outros atravessamentos envolvendo diferentes marcadores sociais. Negros e negras que construíram um ativismo à margem ao longo desses 130 anos.

Talvez a mais importante das razões esteja exatamente na própria necessidade, consciente, de se reagir diante do quadro terrível no qual estamos inseridos neste momento. A percepção das relações raciais no Brasil, é central para a participação política dos negros. O mito da democracia racial ou a representação dominante da sociedade brasileira sobre si mesma coloca barreiras consideráveis à mobilização social, bem como ao reconhecimento da população negra pelos demais segmentos da sociedade civil. Ou avançamos e lutamos coletivamente ou corremos o risco de permanecer no limbo fabricado pela Abolição.

NÃO EXISTE RACISMO NO BRASIL?

Atualmente, a despeito dos mitos consagrados pela história oficial e que ainda embalam certos discursos, de que não existe racismo no Brasil, os marcadores da desigualdade racial que escancaram nosso dia a dia e são atualizados pela mídia em tempo real, confirmam: concentração racial da riqueza, da cultura e do poder, submissão e exploração econômica, exclusão dos melhores empregos, dos melhores salários, das melhores escolas. A violência e a miséria, nesse país, têm cor. O quadro da violência indica como

vítimas endêmicas os jovens negros e pobres nas periferias, bem como mulheres, em especial mulheres negras. A cada três jovens que são assassinados, dois são negros – 63 assassinatos por dia, um a cada 23 minutos. Como se registrou em uma canção do grupo carioca O Rappa, “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”.

Em relação aos grupos políticos atuantes, menos de 5% dos membros de seus núcleos centrais são negros. Temos apenas 1,4% de juízes negros. Os casos de intolerância contra as religiões de matriz africana chegam a 71% das denúncias.

Drama inerente à Abolição, a população negra continua a viver sob a ameaça do cativo. A persistência da escravidão, sob diferentes roupagens, nos mostra constantemente que as velhas formas se inserem nas novas e as novas recorrem às velhas sempre que lhes é possível. Nesse enredo, raça³ e classe interagem numa trama perversa para explicitar as contradições da sociedade brasileira.

No entanto, é justamente da população negra que derivam as ressignificações adquiridas pelo 13 de maio. O presente não impediu que seus agentes construíssem sua própria história, às margens. Trajetórias feitas de resistências, mas também de fissuras. São processos de invasão. Os negros e negras, como agentes, vão ocupando o território hegemônico com seus corpos, suas vozes, suas demandas, com suas potências. Sem dúvida, a trajetória da mobilização racial é uma história de busca da cidadania.

MOVIMENTOS ORGANIZADOS

Os movimentos negros organizados⁴ desenvolveram, ao longo desses 130 anos, diversas estratégias de luta para o enfrentamento da exclusão sistêmica e superação do racismo na sociedade brasileira.

Um ano após a assinatura da Lei Áurea, foi proclamada a República no Brasil. No novo sistema político, a população negra continuou a ser marginalizada, seja no que se refere a participação política, seja social e culturalmente, em face das doutrinas do racismo científico e da teoria do branqueamento, seja economicamente, diante das preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.

⁴ Optamos por utilizar a denominação no plural como forma de ressaltar a dinâmica heterogênea que alinhava uma pluralidade de indivíduos, eventos, associações. Tratando-se aqui de movimentos políticos de mobilização, mesmo que estes movimentos assumam uma face cultural em muitos momentos.

**O golpe de
1964 procurou
desarticular os
movimentos
negros, a repressão
tentou desmobilizar
suas lideranças
e a discussão da
questão racial foi
silenciada**

³ Entendemos raça como uma classificação social, historicamente construída, que permeia as relações entre indivíduos e a estrutura social.

A percepção das relações raciais no Brasil é central para a participação política dos negros. O mito da democracia racial ou a representação dominante da sociedade brasileira sobre si mesma coloca barreiras consideráveis à mobilização social. Ou avançamos e lutamos coletivamente ou corremos o risco de permanecer no limbo fabricado pela Abolição

esportivo, literário, de trabalhadores ou estritamente de mulheres. Tais movimentos agregaram um número expressivo de associados.⁵

Também constituíram uma imprensa com voz própria. Jornais elaborados e publicados por negros e negras, para negros e negras. Jornais que enfocavam e denunciavam as desigualdades no trabalho, na educação, na saúde, na moradia. Jornais que se transformaram em tribunas, faróis e alto-falantes que denunciavam, anunciavam e difundiam o regime de segregação racial vivido cotidianamente.⁶

Nas décadas de 1930 e 1940, os movimentos negros ganharam novos contornos de protagonismo, contestação, mobilização social e de consciência, que punham em xeque a ordem em vigor e escancaravam a falácia da ausência do preconceito e da discriminação nas relações raciais.⁷

FRENTE NEGRA

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, em 1931, é considera-

da a maior e a mais importante entidade negra que se projetou no cenário nacional após a Abolição. O movimento se espalhou de São Paulo para outros estados como Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. A Frente pleiteava cargos eletivos de representação para negros e ocupava diversas frentes da vida social mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, curso de formação política e de ofícios, além de oferecer serviços médicos. Suas lideranças tinham uma visão crítica em relação à falta de políticas públicas voltadas à população negra e concebia a educação como uma ferramenta estratégica que garantiria as condições para o exercício da cidadania plena.

A FNB foi o resultado do acúmulo de experiência histórica organizativa e de mobilização das associações negras anteriores. De movimentos que revelaram, cada qual a sua maneira, que a passagem da ficção legal à verdadeira Abolição viria

Cenas da escravidão, Angelo Agostini, 1886

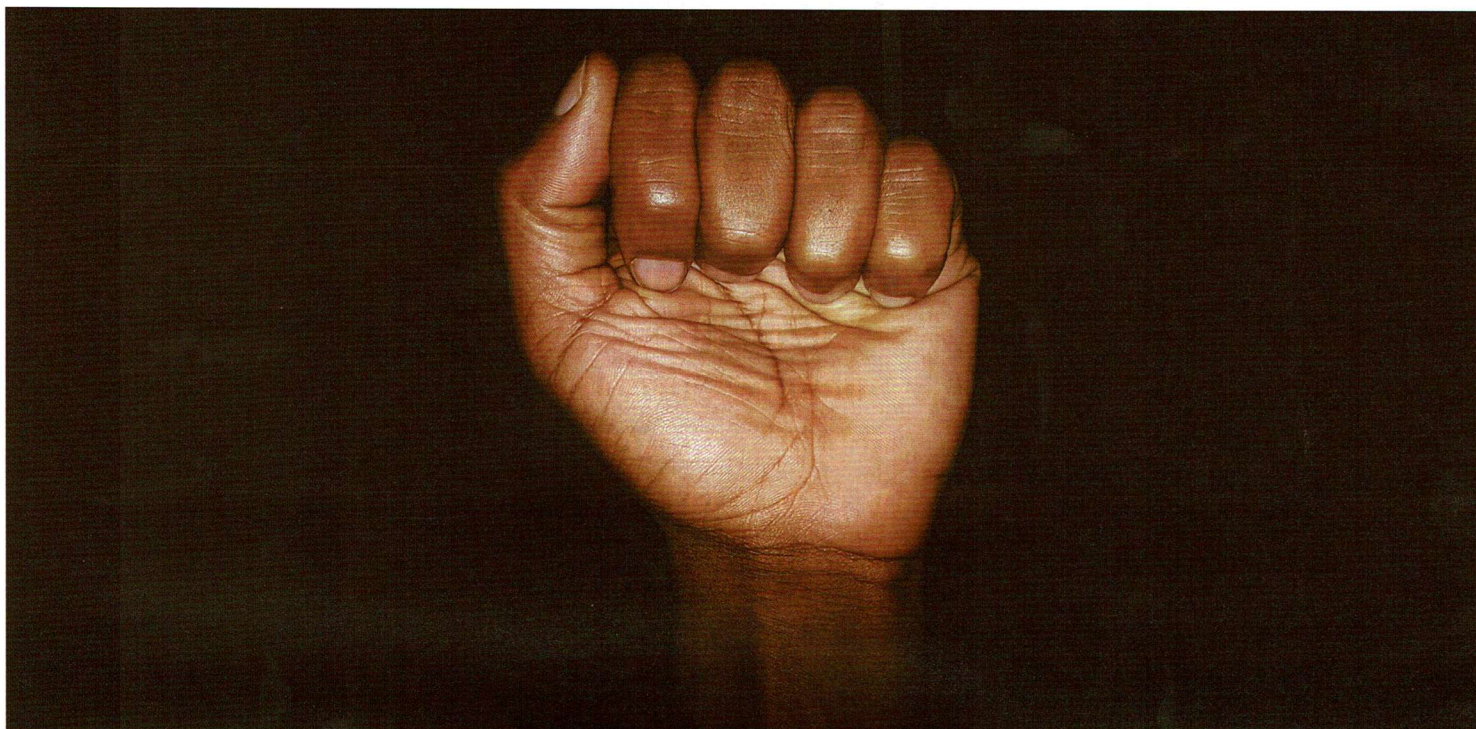


Entretanto, libertos, ex-escravizados e seus descendentes organizaram-se em movimentos de mobilização, criando redes de interações sociais que alinhavou uma pluralidade de indivíduos em eventos, grêmios, clubes, associações, sociedades em diferentes partes do país. Redes em contínuo rearranjo, com limites fluídos e em permanente negociação. Seja com viés assistencialista, recreativo, educacional,

5 São Paulo: Clube 28 de Setembro (1897), Club 13 de maio dos Homens Pretos (1902), Centro Literário dos Homens de Cor (1903), Sociedade Propugnadora 13 de maio (1906), Centro Cultural Henrique Dias (1908), Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos (1908), Centro Etiópico Monteiro Lopes (1909), Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917), Centro Cívico Alcides Bahia (1924), Centro Cívico Palmares (1926). Rio de Janeiro: Centro da Federação dos Homens de Cor (1917). Pelotas (RS): Sociedade Progresso da Raça Africana, (1891). Lages (SC): Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Associações formadas estritamente por mulheres negras: Sociedade Brinco das Princesas (1925/SP), Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908/RS). Existiram 123 associações negras em São Paulo, entre 1897 e 1937; em Porto Alegre, 72 de 1889 a 1920; em Pelotas 53 entre 1888 e 1929. Ver: CUNHA JR. H., Textos para o Movimento Negro. São Paulo: Edicon, 1992; LONER, B.A., Negros: organização e luta em Pelotas. História em Revista, n. 5, 1999, pp. 7-28; MULLER, L.S., As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). Porto Alegre, dissertação Mestrado, IFCH/PUCRS, 1999.

6 Existe um número expressivo de pesquisas referentes à imprensa negra desse período, mas vale retomar alguns títulos: A Pátria (1889), O Exemplo (1892), O Combate (1912), O Menelick (1915), O Alfinete (1918), O União (1918), A Sentinela (1920) e o Clarim da Alvorada (1924).

7 Sobre surgimento da luta política antirracista nos movimentos negros, ver: FERNANDES, F. "Os movimentos sociais no meio negro". In: A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978, p. 7-115; Significado do Protesto Negro. São Paulo: Expressão Popular, 2017.



quando o negro se convertesse em cidadão provido dos requisitos econômicos sociais, culturais e simbólicos para se apropriar dos papéis históricos que lhes cabiam.⁸

Tal mobilização, a primeira em massa⁹, de negros e negras engajados na luta contra o racismo real assustou as elites que, convencidas da nulidade das reivindicações no país da cordialidade racial, acusaram a FNB de insuflar o ódio.

Por outro lado, a defesa de um programa autoritário, ultranacionalista que namorava com o nazifascismo, acirrou as críticas, entre os opositores, à forma como se organizava politicamente a FNB. Seu caráter conservador adquire relevância se considerarmos a movimentação anarquista no começo do século e a greve de 1917. Não por acaso, surgiu a Frente Negra Socialista, formada em 1933, a partir de um grupo dissidente.

CONTRADIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

As contradições político-ideológicas e os conflitos internos, aliados à intervenção repressiva do Estado Novo, dissolveram o movimento social, em suas diversas correntes e tendências. A Frente Negra foi obrigada a encerrar suas atividades, bem como todas as demais organizações políticas. Os movimentos negros organizados foram esvaziados, mas o associativismo não desapareceu e, algumas, de caráter

Os movimentos negros organizados desenvolveram, ao longo desses 130 anos, diversas estratégias de luta para o enfrentamento da exclusão sistêmica e superação do racismo na sociedade brasileira

não partidário e consideradas “inofensivas” foram incentivadas sob a tutela do regime varguista. Além das associações, a realização, em 1938, do I Congresso Afro-Campineiro, marcaria a tendência dos movimentos durante a ditadura de Vargas.

O fim do Estado Novo colocava novos impasses e desafios para a atuação dos ativistas negros e caracterizou-se pela aglutinação de diferentes grupos em torno de uma agenda de reivindicações compartilhada. Nesse processo emergiram dois discursos divergentes. Um em favor do associativismo como principal curso de ação e outro que encontrava na política partidária o espaço importante de reivindicações. A Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada na capital paulista, em 1945, marcou a tentativa de reunir as lideranças negras de diferentes partes do país.

Desse período, um dos principais agrupamentos foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, cuja proposta era formar um grupo teatral somente com atores negros, mas que, posteriormente, adquiriu caráter mais amplo. Publicou o jornal Quilombo, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, organizou o I Congresso do Negro Brasileiro. Defendia os direitos civis dos negros na condição de direitos humanos e propunha a criação de uma legislação antidiscriminatória. O TEN significou um grande avanço no processo de reorgani-

⁸ FERNANDES, F. Significado do Protesto Negro. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 53.

⁹ A entidade reuniu de 25 a 30 mil filiados. Em 1936 a FNB tinha mais de 60 delegações espalhadas pelo país. Ver: ANDREWS, G.R. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: Edusc, 1998.

zação da comunidade negra.¹⁰ Apesar dos movimentos negros ainda permanecerem alijados do apoio das forças políticas, inclusive dos setores mais progressistas, a primeira regulamentação frente ao preconceito racial se deu em 1951, data da promulgação da Lei n. 1.390, conhecida como Lei Afonso Arinos.

GOLPE E DESARTICULAÇÃO

O golpe militar de 1964 procurou desarticular os movimentos negros, a repressão tentou desmobilizar suas lideranças e a discussão pública da questão racial foi silenciada, pois para os militares não existia racismo no Brasil. Mesmo com a violenta repressão, ações não deixaram de acontecer. Ainda que fossem fragmentadas, ainda que não tivessem um sentido político de enfrentamento com o regime. A imprensa negra, por exemplo, continuava a dar sinais de sobrevivência e, em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares, fundado em 1971, o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de maio para 20 de novembro.

A partir do fim da década de 1970, a reorganização política dos movimentos negros ressurgiu juntamente com os movimentos populares, sindical e estudantil, que se organizavam enquanto grupos de pressão na demanda por bens de consumo coletivo. Em 1978, com Movimento Negro Unificado (MNU), os movimentos negros organizados retomaram a cena política e assumiram um discurso radical de reco-

A violência e a miséria, nesse país, têm cor. O quadro da violência indica como vítimas endêmicas jovens negros e pobres nas periferias, bem como mulheres, em especial mulheres negras. A cada três jovens que são assassinados, dois são negros

nhocimento do racismo institucional. O MNU foi gestado no interior do Movimento Convergência Socialista, organização de orientação trotskista. Ela foi fundamental na formação política e ideológica das diferentes lideranças, dessa nova fase dos movimentos negros, que entendiam o protesto antirracista indissociável da luta classista de enfrentamento do capitalismo. A concepção que conjugava raça e classe, teve papel decisivo na estruturação do MNU.

A consciência negra e a ação libertária coletiva transformou o 13 de maio em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, afirmou Palmares, escolheu Zumbi como símbolo da (r)existência à opressão racial e elegeu o 20 de novembro como o Dia Nacional de Consciência Negra. Arrancou do termo “negro” sua vestimenta inferiorizante, passou a ser nome legítimo e portado com orgulho por descendentes de africanos escravizados no país.

ESTRUTURAS INTERLIGADAS

Desde a década de 1980, os movimentos negros atuam ao lado de outras formas de participação, em uma dinâmica que interliga estruturas sociais, sistemas políticos e as características da própria mobilização coletiva. Ocuparam as universidades, revisaram os conteúdos educacionais, reavaliaram o papel do negro na história do Brasil. Reivindicaram o negro como sujeito de conhecimento e ação histórica. Apontaram a necessidade da descolonização na esfera das relações raciais. A urgência de relacionar o combate ao racismo com o ensino da história das relações raciais. O caráter sensível de questões ligadas a raça só pode ser apropriadamente entendido com referência à História. O entendimento complexo da natureza mutante, múltipla e situacional do racismo e que suas manifestações estão em constante mudança em relação a condições históricas e políticas específicas.

10 GONZALEZ, L. “O movimento negro na última década”. In: Lugar de negro. GONZALEZ, L. & HASENBALG, C. (ORG). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.24.



Manifestação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro, 1978



JANUARIO GARCIA / RJ 1978 - MNU

As pressões e o trabalho sistemático de intervenção, resultaram nas deliberações governamentais de janeiro de 2003. A obrigatoriedade da inclusão da temática africanas e afro-brasileira nas programações escolares.

A promulgação da lei 10.639/03 foi considerada um marco efetivo na adoção de políticas públicas e ações afirmativas de reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira. Também se constitui como marco nas leis educacionais, a aprovação unânime em 10/3/2004, pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas".

As lutas e demandas dos movimentos sociais provocaram novas alterações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A lei federal n. 11.645, de 10 de março de 2008, determinou a obrigatoriedade da inclusão do estudo da história e culturas indígenas nos ensinamentos fundamental e médio, públicos e privados. Ambas modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 9.394/96 e se inserem em um movimento mais

amplo, vivenciado pela sociedade brasileira, em prol da ampliação de direitos sociais e conquista de cidadania.¹¹

MUITO POR FAZER

Obviamente que passados 130 anos da Abolição legal muito ainda há por fazer. Temos, pois, pedagogias e políticas cognitivas de combate ao racismo e a discriminações por criar.

A relevância de tal investimento não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

O essencial é que há uma Abolição a ser construída coletivamente. O 13 de maio é, portanto, oportunidade para reaprendermos a nossa História. Momento de repensarmos nossas próprias atitudes em relação ao racismo, as discriminações, as desigualdades. Momento privilegiado da desconstrução e superação das ideias e atitudes que alimentam cotidianamente os estereótipos e os preconceitos, condição fundamental para uma democracia alicerçada na

igualdade de direitos.

Oportunidade para ressignificarmos, rememorarmos, trazendo ao presente as lutas travadas não somente no pós-Abolição, mas ao longo dos séculos até as conquistas institucionais mais recentes como a sanção do Estatuto da Igualdade Racial e da lei 10.639/03.

A reinvenção da esperança, concretizada em ações políticas, institucionais e sociais, é imprescindível e urgente para a superação da barbárie em que vivemos atualmente e o resgate da possibilidade de construção uma sociedade verdadeiramente livre. É a dignidade coletiva que define o caminho para a humanização e a cidadania.

Nossos passos vêm de longe.



Regina Claro é doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)

e Mestre em História Social pela mesma Universidade. Pesquisadora do Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras e Políticas Cognitivas com ênfase na recepção às Leis 10.639/03 e 11.645/08, saberes históricos escolares, cultura escolar e formação de professores. Autora de livros com temática africana e afro-americana.

11 Adoção da lei das cotas no ensino superior (Lei 12.711/12), cotas raciais no serviço público, políticas de inclusão como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), organizações de cursinhos populares negros, favoreceram e ampliaram a intervenção de jovens negros das periferias nos últimos 15 anos. Em 2006, a Lei Maria da Penha estabeleceu que haveria destaque nos currículos escolares para os "conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher", a fim de coibir tais agressões.

68

O que fica, meio século depois do ano insubmisso?



Operários da Citroen saem da fábrica para manifestação de rua durante a greve geral. Paris, maio de 1968

Socialismo e Liberdade publica a seguir depoimentos de quatro personagens centrais das mobilizações de 1968, no Brasil e na França. São eles Milton Temer, François Chesnais (entrevistado por Rosa Maria Marques), Alain Krivine e Michael Löwy (entrevistados por Joana Benario). Todos buscam entender o significado daquela rebeldia com tinturas insurrecionais em alguns lugares, que se espalhou por vários países e deixou saldos contraditórios.

Para Eric Hobsbawm, em seu Era dos extremos, “A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e - como a maioria de seus membros ainda estava sendo educada - em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de rock. Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro. (...) Portanto, 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal. Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do boom de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro - os trinta anos de crescimento da economia mundial no pós-Guerra”.

As explicações para aquela revolta que se espalhou por vários países precisam ser buscadas nas particularidades de cada um e nas contradições da própria expansão do sistema.

A economia mundial ainda crescia a taxas consideráveis, nos países centrais. No entanto, o impulso libertário anticolonial daqueles tempos teve impacto direto nos Estados Unidos, em paralelo às demandas por direitos civis. A Ofensiva do Tet, no Vietnã, no início do ano, exibiu a crueza de uma guerra imperial na sala de visitas das famílias estadunidenses, ao vivo e em cores. De repente, um conflito do outro lado do mundo tornou-se assunto doméstico, com os filhos da classe média e dos trabalhadores voltando à terra natal embalados em lona preta. Na França, a brutalidade da Guerra da Argélia (1954-62), sua ex-colônia, incomodou setores progressistas, somado ao acirramento do conflito distributivo, motivado pelo próprio crescimento econômico. No Brasil, as manifestações de 1968 têm a ver com o descolamento da classe média da base de sustentação da ditadura, após a recessão de 1965-66.

Se era um sinal, tornou-se estrondoso em seu impacto global. Marcou as gerações que se seguiram e segue reverberando forte. 1968 ainda suscita polêmicas.

Parte delas está nas páginas à frente.

Para onde vai a economia mundial?

Michael Roberts

Quais as perspectivas de recuperação global após a recessão de 2008-09? Entraremos em um novo ciclo virtuoso ou permaneceremos com taxas baixas de crescimento por muito tempo?

Desde o final da grande recessão em 2009, a economia capitalista mundial tem estado em uma situação que denomino de *longa depressão*¹. Somente a China evitou o que tem sido a mais lenta “recuperação” econômica de uma profunda queda acentuada na história do capitalismo.

A economia capitalista global ascende e declina em ciclos. Assim, uma queda acentuada na produção acontece a cada 8-10 anos. Em minha visão, esses ciclos são principalmente levados a cabo por mudanças na taxa de lucro sobre o capital acumulado investido nas principais economias capitalistas. O ciclo de rentabilidade é mais longo do que os 8-10 anos de “ciclo de negócios”. Há uma onda as-

cedente na rentabilidade que pode durar cerca de 16-18 anos que é seguida por uma onda descendente de uma extensão similar. Ao menos, este é o caso da economia capitalista estadunidense, portanto, - a duração do ciclo de rentabilidade vai variar de país para país.

Paralelamente a esse ciclo de rentabilidade, há um círculo menor de cerca de 4-6 anos chamado “Ciclo de Kitchin”. E também parece existir um ciclo mais longo (geralmente chamado de ciclo de Kondratiev) baseado em conjuntos de inovação e preços de empresas globais. Esse ciclo pode durar de 54-72 anos. O ciclo de negócios de duração de 8-10 anos é afetado pela direção de todos esses ciclos (o de rentabilidade, o ciclo de Kitchin e o ciclo de Kondratiev) e por fatores nacionais específicos.

Em meu livro, *A Longa Depressão*, argumentei que quando as ondas recessivas de todos esses ciclos coincidem, o capitalismo global experimenta uma depressão de difícil saída. Em meio a tamanha recessão, podem ser necessárias várias quedas acentuadas e até guerras para cessá-la. Houve três depressões do tipo desde que o capitalismo se tornou um meio de produção global (1873-97; 1929-1946; e 2008

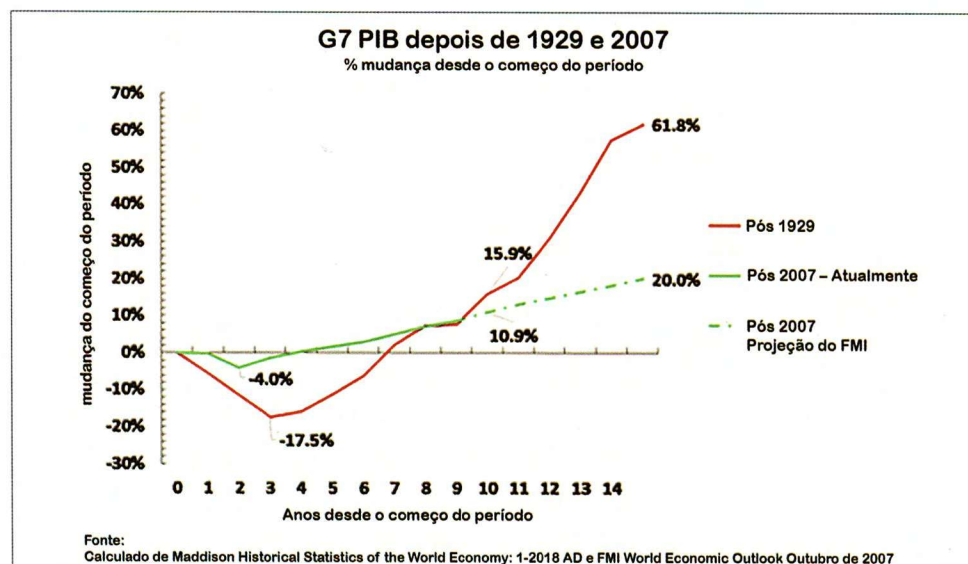
até agora)². Essa é a razão fundamental pela qual a economia capitalista global não se recuperou depois da queda acentuada de 2008-09.

2 thenextrecession.wordpress.com/2013/07/18/cycles-in-capitalism/

O crescimento médio nas economias do G7 desde a longa depressão tem sido mais lento do que durante a grande depressão dos 1930. Baseado nas projeções do FMI, no ano de 2022, ou seja, 15 anos após 2007, o crescimento total do PIB nas economias do G7 será só de 20% contra 62% observados nos quinze anos após 1929

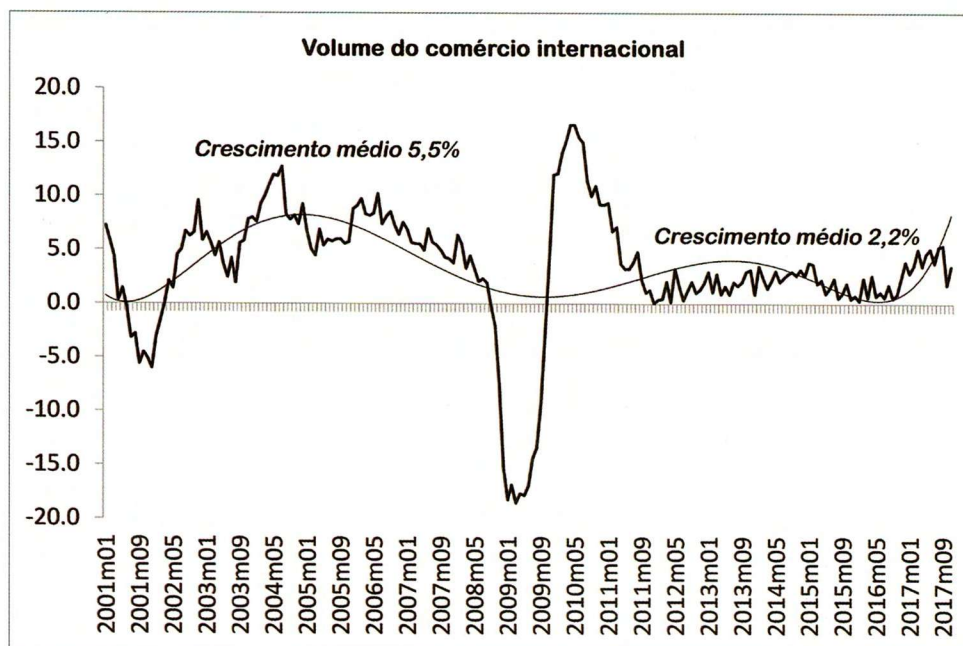
1 M Roberts, *The Long Depression*, Haymarket 2016, <https://www.haymarketbooks.org/books/693-the-long-depression>

GRÁFICO 1



O crescimento médio nas economias do G7 desde a *longa depressão* tem sido mais lento do que durante a “Grande Depressão” dos 1930. De fato, baseado nas projeções do FMI, no ano de 2022, ou seja, 15 anos após 2007, o crescimento total do PIB nas economias do G7 será só de 20% contra 62% observados nos quinze anos após 1929. E isso presumindo que não haverá grandes desacelerações econômicas acentuadas nos próximos cinco anos.

Duas coisas decidem o nível de crescimento econômico: mudanças no número de pessoas empregadas para produzir valor, e a produtividade de cada pessoa empregada. O crescimento em ambos esses fatores desacelerou. Assim, o potencial crescimento a longo prazo das principais economias capitalistas avançadas continuará baixo. Depois de um crescimento real do PIB muito baixo em 2016, de somente 1,4%, o FMI prevê crescimento em 2018 de 1,9% - o que significa uma moderada retomada. Ainda assim, o crescimento anual do G7 está previsto para cair para 1,6% em 2019, e para apenas uma média de 1,5% entre 2020-2022.

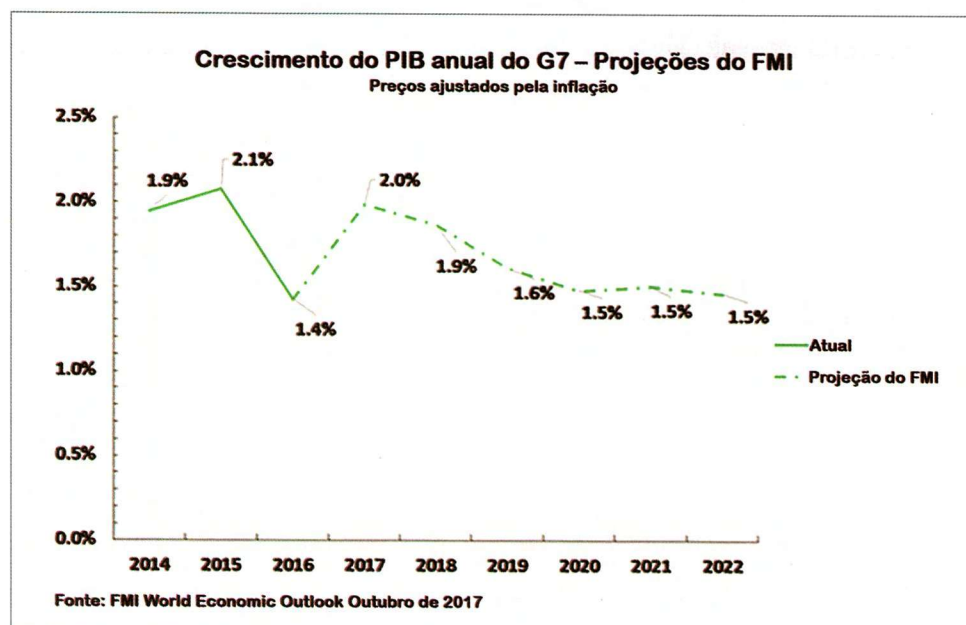


com em 2000³. A recuperação subsequente na rentabilidade não atingiu nada melhor do que teve em 1997, e, na verdade, os lucros aumentados foram principalmente circunscritos ao setor financeiro e a pequenos setores de empresas de ponta. A rentabilidade média manteve-se estável ou mesmo em queda, e o crescimento desse lucro foi principalmente fictício (ganhos de capital no mercado imobiliário,

rísticas da *longa depressão* desde 2009 foi a desaceleração acentuada no comércio mundial. Antes disso, o comércio internacional (exportações/importações) aumentava a um nível de crescimento múltiplas produções nacionais mais forte (5,5% por ano). Porém, depois de 2009 não conseguiu se manter no ritmo, tendo um nível de crescimento econômico muito baixo (2,2%), apesar de uma modesta melhora em 2017. Durante a *longa depressão*, o comércio internacional não se constituiu em rota de saída, apesar de países como o Brasil verem assim.

Talvez, a *longa depressão* esteja chegando ao final. O crescimento real do PIB global chegou em 2017, pela primeira vez desde a grande crise de 2009, a de fato aumentar em todas as economias centrais, com crescimentos reais de seus PIBs. O crescimento do comércio aumentou, assim como o investimento. O desemprego está caindo em todas as economias centrais, sem nenhum aumento acentuado nos salários. Portanto, os lucros estão aumentando também.

Todavia, os economistas da OCDE⁴ ainda se mantêm cautelosos. Eles pensam que muito da recente guinada é fictícia, sendo centrada especialmente em investimentos em ativos financeiros e imobiliários. Riscos financeiros estão também aumentando nas economias avançadas, com o extenso período de baixas taxas de juros encorajando a operações mais arriscadas, além de maior aumento no valor de ativos,



Tudo indica que as principais economias capitalistas experimentaram baixo aumento de produtividade e de investimento desde o começo dos anos 2000 (mascarados pelo boom das bolhas de crédito financeiras e imobiliárias). Qual o motivo? Estudos marxianos revelam que a rentabilidade do estoque de capitais dos EUA, além de novos investimentos, tivera um pico em 1997 e depois declinaram. Foi essa queda na rentabilidade que possivelmente provocou o colapso na bolha *ponto*.

de títulos ou de ações). Essa corda estourou na *longa depressão*.

Uma única economia capitalista em comparação com outras pode, às vezes, ganhar se puder vender mais mercadorias e serviços nos mercados mundiais. Desvalorize sua moeda e ganhe participação no mercado global. Mas, uma das caracte-

3 Bolha especulativa gerada no final da década de 1990, caracterizada por uma forte alta das ações das novas empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) baseadas na Internet.

4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é composta por 35 países europeus, mais EUA, Canadá, México, Japão, Austrália, Coreia do Sul e outros. O Brasil não faz parte

A economia dos EUA é ainda a maior economia capitalista seja em fluxos de valor, investimentos ou financeiros. A lucratividade geral do capital estadunidense caiu em 2016, completando o segundo ano sucessivo após longa depressão, em 2014

incluindo o mercado imobiliário. Investimentos produtivos que gerariam os recursos necessários para reembolsar tais obrigações financeiras (assim como cumprir os compromissos com os cidadãos) parecem insuficientes. Na verdade, a média do nível de investimento em 2018-19 está projetada para ser cerca de 15% abaixo do nível necessário para assegurar o crescimento de estoque de capital líquido produtivo no mesmo ritmo anual do período de 1990-2007.

O ex-economista chefe do banco de investimento estadunidense Morgan Stanley, Stephen Roach, se mantém cético sobre ventos favoráveis para a economia capitalista. Tal crescimento, como percebido em economias centrais, é baseado em taxas de juros muito baixas para empréstimos ao passo que o endividamento das empresas e famílias segue crescendo. As economias reais foram artificialmente apoiadas por preços distorcidos de ativos, uma morosa normalização só irá prolongar essa dependência. Ainda assim quando os balanços dos bancos centrais finalmente começam a encolher, economias dependentes de ativos estarão novamente em perigo. Além disso, os riscos são provavelmente muito mais sérios do

que há uma década, devido não só o a ameaça de bancos centrais inchados, mas também da sobrevalorização de ativos. Os mercados de ações são enormemente “sobrevalorizados” ao menos de acordo com a história. Ademais, em fevereiro, o mercado mundial de ações teve uma queda de curto prazo – o que é, talvez, uma advertência para o que está por vir.

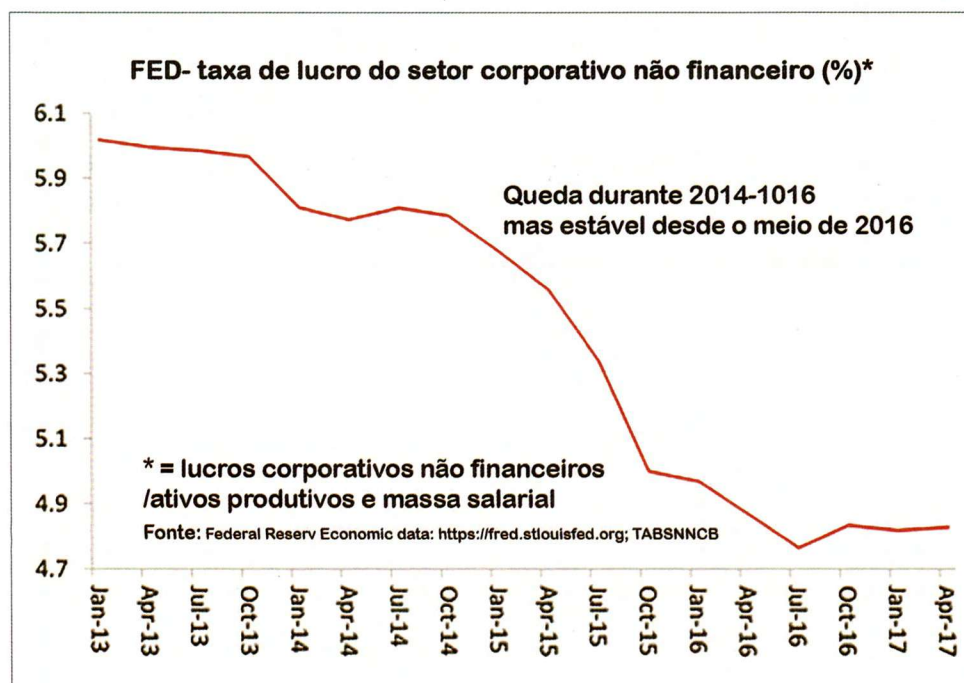
Há dois fatores que colocam um ponto de interrogação sobre o recente otimismo de que a *longa depressão* teria terminado. A primeira é de que a rentabilidade e o lucro do capital – sejam de fato os indicadores chave para a “saúde” da economia capitalista, uma vez que nem investimento ou produção são necessários para o lucro.

A economia dos EUA é ainda a maior economia capitalista seja em fluxos de valor, investimentos ou financeiros. A lucratividade geral do capital estadunidense caiu em 2016, completando o segundo ano sucessivo após *longa depressão*, em 2014. Na verdade, a rentabilidade ainda está abaixo dos picos pré- crise (dependendo de como se mede) de 1997 a 2006.

geralmente segue essa tendência por cerca de um ano ou mais. Baseando-se nos dados dos EUA, houve uma rentabilidade baixa e uma pequena recuperação dos lucros em 2017. Isso sugere que o investimento na capacidade produtiva aumentará só um pouco em 2018, especialmente enquanto muitos desses lucros excedentes forem drenados para ativos improdutivos, de propriedade ou financeiros.

E o resto do mundo? As economias capitalistas europeias (com a exceção da economia britânica pós-Brexit) tiveram crescimento acelerado (a partir de baixas taxas) em 2017, liderados pela Alemanha e pelo norte do continente. O Japão também registrou uma modesta recuperação. Porém, a rentabilidade na Europa Central recuou em 2015 e 2016, assim como nos EUA e no Japão. De fato, somente o Japão tem uma maior taxa de lucro se comparada com 2007⁵.

Analisando o cálculo de massa de lucro global das empresas (cobrindo os EUA, Reino Unido, zona do Euro, China e Japão), vemos que, depois de deslizar para



A massa total de lucros no setor corporativo estadunidense (não é lucratividade, que é mensurada como lucros divididos pelo estoque de capital investido) se recuperou do buraco em que chegou durante a *longa depressão*, em 2009. Mas depois de destrinchar os lucros fictícios do setor financeiro, a massa de lucro disponível para investimento produtivo e produção capitalista revela-se bem abaixo do pico do final de 2014 (linha vermelha abaixo).

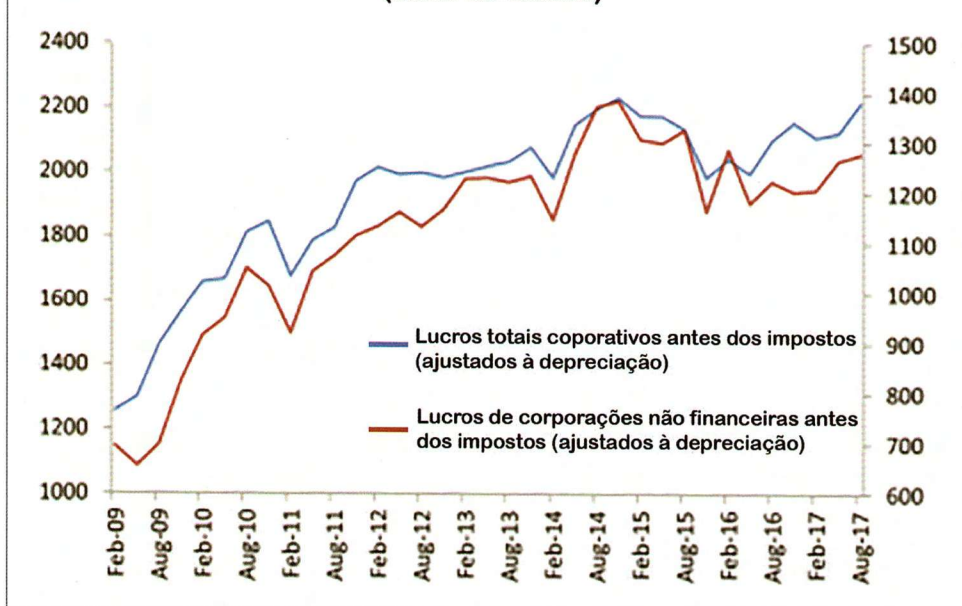
Quando os lucros caem, o investimento

os terrenos negativos em 2016, os lucros globais tiveram uma recuperação deste ano até então.

Concluindo, se lucros e rentabilidade são bons indicadores do que está por vir em 2018, eles sugerem que – na melhor das hipóteses – repetiremos o que tivemos em 2017, mas não uma desaceleração acentuada.

5 thenextrecession.wordpress.com/2017/07/26/profitability-and-investment-again-the-ameco-data/

**Lucros corporativos estadunidenses antes dos impostos
(anual em bilhões)**



GRÁFICOS

O outro ponto de interrogação para o capitalismo são as dívidas. Apesar das bancarrotas e moratórias durante a grande recessão, a dívida global, particularmente no setor privado (empresas e famílias), continuou a aumentar a novos recordes. Taxas de juros baixas permitiram que muitas companhias tomassem mais empréstimos para manter suas cabeças acima da água, enquanto as companhias mais fortes pegaram empréstimos para investir em ativos financeiros (inclusive comprar as próprias ações para empurrar os preços para cima).

Em meio às economias do G20, a dívida total do setor não financeiro – empréstimos por parte de governos, empresas não financeiras e das famílias, nos mercados bancário ou de ações – aumentou para mais do que US\$ 135 trilhões, ou cerca de 235% de seus PIBs agregados. Nas economias avançadas do G20, a razão dívida/PIB cresceu de forma constante na década passada e agora atinge cerca de mais de 260% do PIB.

O FMI está preocupado: “Os encargos do serviço da dívida do setor privado subiram em várias economias centrais já que a alavancagem aumentou, apesar da queda dos custos dos empréstimos. A pressão do serviço da dívida poderia se intensificar se a alavancagem continuar a crescer, levando a um risco de crédito ainda maior para o sistema financeiro.” O FMI traduz esse risco. “Um aumento contínuo no estoque de dívida e valores de ativos superestimados poderiam levar a repercussões econômicas globais (...) uma reavaliação dos riscos poderia levar a um aumento do *spread* do crédito e a uma queda nos preços dos mer-

cados de capital e imobiliário, desencaminhando a recuperação econômica e minando a estabilidade financeira”.

Os economistas do FMI não parecem ver o risco de uma nova crise da dívida acontecendo até 2020. Eles podem estar certos. Mas a política de baixas taxas de juros e imensas injeções de crédito pelos bancos centrais está agora acabada. O FED (Banco Central dos EUA) agora está aumentando sua taxa de juros e parou de comprar títulos. O Banco Central Europeu encerrará suas compras nesse ano, o Banco da Inglaterra já parou. Somente o Banco do Japão planeja mais aquisições de títulos em 2018. Portanto, o custo de empréstimos deve aumentar enquanto a oferta de crédito cairá.

Os lucros nas economias centrais aumentaram nos últimos dois anos e o investimento também melhorou. Somente quando a rentabilidade começar a cair consistentemente e levar consigo os lucros, é que o investimento também cairá. Até isso acontecer, o impacto do aumento de altos níveis da manutenção do serviço da dívida, para a maioria do setor capitalista, pode ser controlado. Mas quando a rentabilidade de fato começar a cair novamente, como acontecerá, é que se desenhará a receita para o colapso do investimento, e não da sua expansão. Isso atingiria especialmente o setor corporativo das chamadas economias emergentes como o Brasil, África do Sul, México, Índia e partes da Ásia.

A economia mundial atualmente parece estar em num período ascendente de curtíssimo prazo do ciclo de Kitchin, que se iniciou do meio de 2016, depois de uma quase recessão global no final de 2014.

Os economistas do FMI não parecem ver o risco de uma nova crise da dívida acontecendo até 2020. Eles podem estar certos. Mas a política de baixas taxas de juros e imensas injeções de crédito pelos bancos centrais está agora acabada

O pico desse ciclo atual deve se dar neste ano, seguido de uma curva descendente outra vez.

A *longa depressão* não acabou. Uma vez que esse ciclo de curto prazo se exaurir e o iminente baixo nível da rentabilidade se impor novamente ao investimento, o crescimento econômico irá se desacelerar. Assim, se os custos dos empréstimos aumentarem conjuntamente, a pressão sobre os lucros se intensificará, desencadeando uma nova queda acentuada iniciando-se nas maiores economias avançadas e alastrando-se para as chamadas economias emergentes. Na verdade, outra queda acentuada é o único meio por qual o capitalismo pode restaurar a rentabilidade e reiniciar o que Marx chamou de “porcaria” novamente.

(Tradução de Guilherme Prado)



Michael Roberts
é economista britânico e autor de *he Great Recession: Profit cycles,*

economic crisis A Marxist View e The Long Depression: Marxism and the Global Crisis of Capitalism

Fim de um ciclo no continente?

Qual a natureza da crise dos governos progressistas na América do Sul? Ela pode ser explicada apenas por opções duvidosas e erros táticos ou há causas mais profundas? Embora existam características particulares a cada país, não se pode perder de vista o fato de nenhuma economia ter deixado para trás sua condição periférica. Uma nova ofensiva imperial tenta agora submeter a região a uma regressão neocolonial

Gilberto Maringoni

O ciclo de governos progressistas da América do Sul – iniciado em 1998, com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela – e suas políticas de integração regional atravessam uma crise profunda. As causas são variadas e vão de dificuldades econômicas até enfrentamentos políticos internos e externos. O caso mais extremo é o do Brasil, com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo peso econômico do país – cerca de 2/3 do PIB regional – e da influência que ainda exerce, o retrocesso brasileiro tem impacto decisivo na cena global.

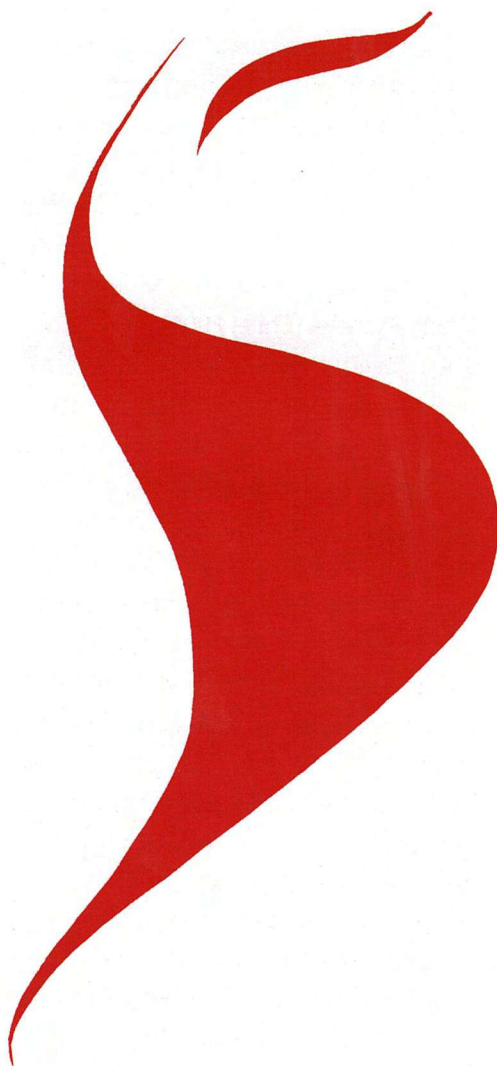
Mesmo com toda sua moderação, que resultou em conciliação com os interesses dos monopólios financeiros, os governos lulistas deixaram de ser úteis à nova fase de expansão capitalista e de redefinição da inserção dos países da periferia na divisão internacional do trabalho.

Personalidade política exuberante e símbolo maior do processo democrático brasileiro, vivido entre 1985-2016, Lula tornou-se figura de projeção internacional. Seu governo foi capaz de alavancar

taxas médias de crescimento do PIB, elevar o padrão de vida das camadas mais pobres e surfar sobre inéditas ondas de popularidade em uma das mais desiguais sociedades do planeta. O governo petista – especialmente entre 2005-2010 – soube aproveitar-se do ciclo expansivo das *commodities* e transformar seguidos saldos comerciais em impulso para o dinamismo interno. Isso tudo, sem tocar em nenhum interesse real do topo da pirâmide social.

DIREITA NÃO QUER PACTOS

O espantoso é que nem mesmo administrações que buscam dar curso a tímidas políticas sociais, reduzindo minimamente desigualdades e injustiças históricas, são toleradas nos dias que correm. O processo armado contra Lula foi desenhado para atacar somente a ele e ao seu partido. Figuras da direita até agora detidas não apresentam fração da relevância exibida pelo ex-presidente no contexto nacional ou internacional. Há motivos para isso. No Brasil, como nos países da região, é cada vez menor a possibilidade da concretização de pactos de



O que se denomina ciclo progressista, ciclo reformista ou onda antiliberal envolve lideranças, administrações e processos distintos entre si

não agressão com a direita, visando a redução das distâncias sociais, mesmo que mantidas as regras de mercado.

O acordo proposto por Lula, em 2002, através da *Carta aos Brasileiros*, era o de não se tocar em nada que fosse estrutural na sociedade brasileira. A política monetária seria mantida, seriam evitadas alterações constitucionais progressistas, os meios de comunicação não seriam regulados etc. etc.

O lulismo tentou recuar ainda mais de tais posições no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, entre 2015-2016. A nomeação de Joaquim Levy ao mais importante posto da Esplanada significou a subscrição – por parte da mandatária e do PT – de um programa econômico para lá de ortodoxo, apesar de prometer o contrário na campanha eleitoral. Essa opção consciente por uma brusca contração econômica erodiu a base social governamental e acabou por levar o governo a pique.

MUDANÇAS INTERNACIONAIS

A crise de 2008-2009, o aprofundamento da terceira revolução industrial – o avanço da automação e da robótica nas linhas de produção –, a contração dos mercados e as instabilidades globais crescentes redesenham o papel das economias periféricas, mesmo daquelas que alcançaram status de renda média, como Brasil, Argentina e México. Diante da modernização, o custo-trabalho tende a se reduzir na composição final dos preços dos produtos industrializados e a possibilidade de exportação de capital produtivo do centro para a periferia torna-se menor.

Com isso, a competição de países por in-

vestimentos passa a se dar em setores com uso menos intensivo de capital, menores índices de automação produtiva e de menor valor agregado nos produtos. São os setores de confecção, material esportivo e indústrias maquiladoras. Abre-se mão da busca por qualquer tipo de autonomia ou de inovação tecnológica.

Nesse quadro se podem compreender situações como a possível venda do controle acionário da Embraer para a Boeing ou a abertura da exploração do pré-sal para petroleiras estrangeiras, sem compromisso com a produção local. Ou seja, os países da periferia devem tacitamente aceitar um novo tipo de inserção na divisão internacional do trabalho, mais subordinada. Representa uma regressão, rumo a um país exportador de produtos primários e importador de bens industrializados.

O CICLO DE DUAS DÉCADAS

O que se denomina *ciclo progressista, ciclo reformista* ou *onda antiliberal* envolve lideranças, administrações e processos distintos entre si. Sua confluência residiu mais na negação – pelo menos verbal – das orientações chamadas genericamente de neoliberais, do que em afinidades programáticas.

Essa onda passa pelas vitórias eleitorais de Luís Inácio Lula da Silva (Brasil, 2002), Nestor Kirchner, (Argentina, 2003), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004), Rafael Correa (Equador, 2005), Evo Morales (Bolívia, 2005), Daniel Ortega, (Nicarágua, 2006), Fernando Lugo (Paraguai, 2008) e de Michelle Bachelet (Chile, 2006).

Os governos dessa safra tiveram o mérito de direcionar demandas sociais ao centro da agenda nacional. Na Argentina, iniciativas da gestão de Nestor e Cristina Kirchner – como a tentativa de se regular as comunicações, os processos contra crimes cometidos por comandantes da ditadura militar (1976-85) – criaram um clima de enfrentamento claro. Na Venezuela, Bolívia e Equador, a chegada de novos governos foi marcada por transformações institucionais que mudaram o panorama político local, alterando a correlação de forças em favor dos de baixo.

A popularidade dos novos governos foi impulsionada pelo já comentado período de valorização das *commodities*, especialmente entre 2004 e 2010. A alta foi motivada, como se sabe, pela entrada da China – e, em menor grau, da Índia – como forte

compradora desses produtos, desde o final do século passado.

Os países da América do Sul passaram a ter balanços comerciais superavitários naquele período. A Argentina viu crescerem fortemente suas vendas de trigo e carne. A soja, o milho, a carne e minérios *in natura* tiveram papel decisivo para o crescimento econômico do Brasil. No caso boliviano, exportações de gás e minérios apresentaram efeito semelhante. O petróleo venezuelano – que alcançou seu preço mais alto em meados de 2007 – possibilitou ao país não apenas dispor de um ingresso de moeda forte que possibilitou uma série de obras de infraestrutura e programas sociais, como deu curso a uma ousada ação diplomática. A expansão econômica permitiu uma forte ofensiva política por parte dos distintos governos e um enfraquecimento relativo das oposições, em geral compostas por correntes de direita.

Personalidade política exuberante e símbolo maior do processo democrático brasileiro, Lula tornou-se figura de projeção internacional. Seu governo foi capaz de alavancar taxas médias de crescimento do PIB e elevar o padrão de vida das camadas mais pobres. Mas não tocou em nenhum interesse real do topo da pirâmide social

LIMITES NÃO TRANSPOSTOS

Esse surto de prosperidade apresentou, no entanto, sérios limites, que não foram transpostos.

Ele não mudou a posição tradicional dos países na divisão internacional do trabalho. A América do Sul reafirmou suas características de exportadora de produtos primários e importadora de manufaturas. Embora Brasil e Argentina, em especial, tenham vivido processos de industrialização acelerada no período 1930-80, a partir dos anos 1990, a tendência se inverteu. E os governos da nova safra não lograram concretizar processos industrializantes, o que reforçou o papel periférico de suas economias.

Isso pode ser constatado pela tabela abaixo. Ela mostra que se mantém significativo o peso das *commodities* no valor total das exportações de alguns países.

1. Porcentagem de produtos primários no valor total das exportações (2013)

Argentina	66.9
Brasil	63.6
Bolívia	96
Chile	86.1
Equador	93.3
Uruguai	75.6
Venezuela	97.6 (2013)

Fonte: Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, Cepal, 2014

Ou seja, as pautas exportadoras apresentam forte preponderância de produtos de baixo valor agregado, enquanto na importação é significativo o peso de bens industrializados. Com elevado grau de dependência na comercialização de tais itens, não é de se estranhar que a queda dos preços internacionais deixasse mais clara a vulnerabilidade desses países. No caso brasileiro, a redução da participação da indústria na formação do PIB é expressiva ao longo das últimas décadas. Em 2016, esse indicador estava abaixo da posição de 1947, ano em que o valor da produção industrial ultrapassou, pela primeira vez, o da produção agrícola!

O PESO DA CRISE

A crise de 2008-09 atingiu especialmente Estados Unidos e Europa Ocidental. Ela teve a característica de encolher mercados consumidores de produtos industriais chineses – em especial bens duráveis – e de atingir a própria economia do país asiático. Seu PIB, que chegou a bater um crescimento anual de 14,2% em 2007 – uma média ao redor de 10% ao longo dos anos 2000-10 – passou a crescer 7,7% em 2012 e 2013, baixando ainda para 7,4% em 2014 e 6,5% em 2016, segundo dados do FMI. É bem verdade que o caso chinês embute uma mudança de estratégia econômica, de expandir o mercado interno e de torná-lo o polo dinâmico da atividade econômica.

A retração chinesa e de países centrais correspondeu também a uma menor demanda por produtos primários, o que derrubou seus preços. A cotação das *commodities* oscilou fortemente, como se pode ver pelo gráfico abaixo:

O impacto da queda de preços dos exportáveis nas taxas de crescimento de Argentina, Brasil e Venezuela é bastante claro. No Brasil e Argentina, os índices de desemprego aumentam e a crise se aprofunda a partir de 2014. No caso brasileiro, a opção de Dilma, por provocar uma recessão, levou seu governo a romper com sua base social e abrir caminho para a direita.

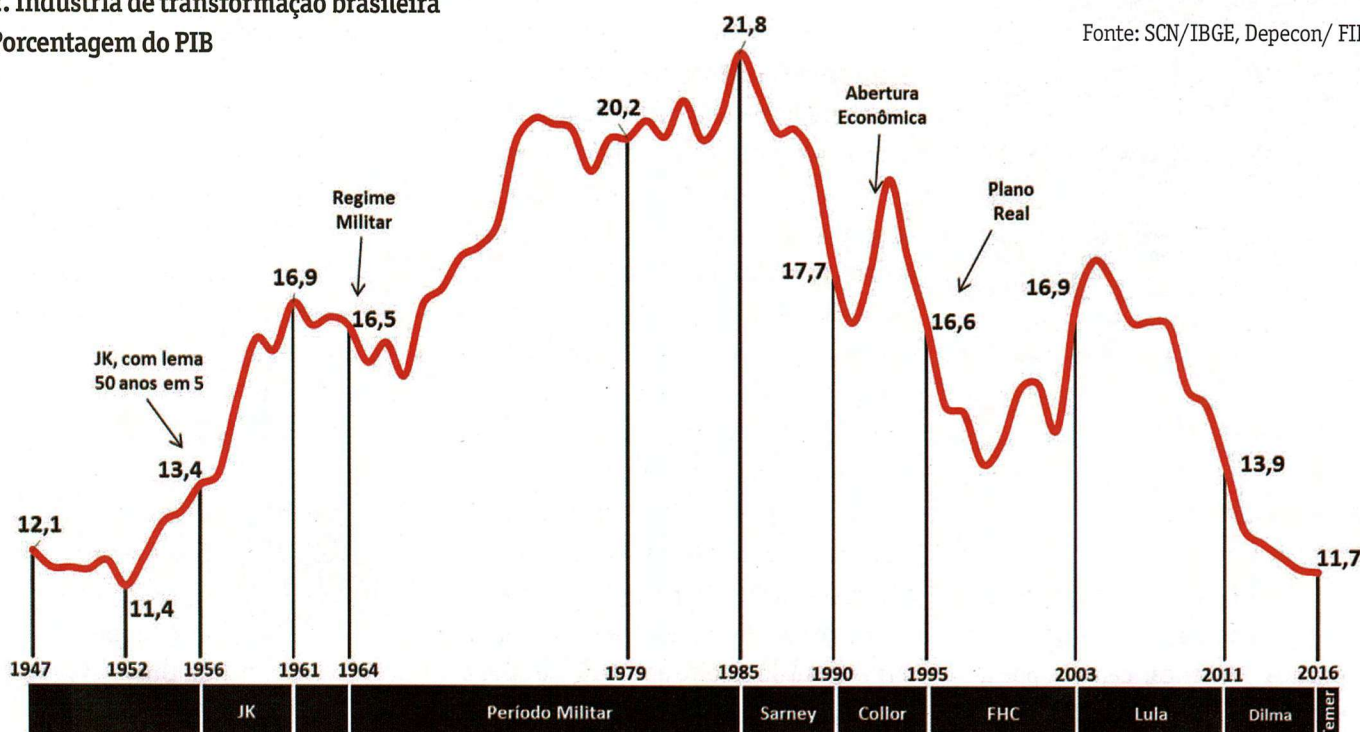
Na Venezuela, a queda do preço internacional de seu principal produto compromete frontalmente as perspectivas de uma economia de monocultura. Ao longo dos últimos anos, a dependência do petróleo se acentuou, conforme se verifica na tabela abaixo.

A queda da cotação do barril, entre 2012 e 2017, acentuou as incertezas. A tabela abaixo é baseada em uma cesta que envolve a produção de 12 países, representando uma média de diversos tipos de óleo. A redução dos preços em 2008 foi seguida de expressiva alta nos anos seguintes, alcançando o pico de US\$ 107,46, em 2011. Quatro anos depois, o barril era comercializado por menos da metade desse valor.

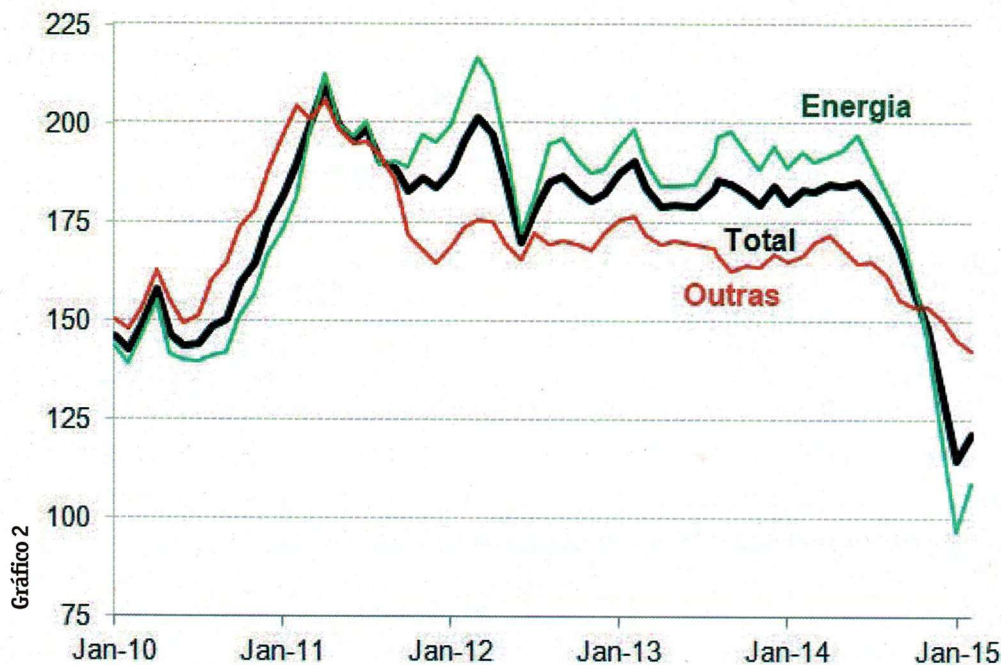
Evolução da Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (1947 a 2016)

2. Indústria de transformação brasileira Porcentagem do PIB

Fonte: SCN/IBGE, Depecon/ FIESP



3. Indicadores dos preços das commodities – 2005 = 100



Fonte: Fundo Monetário Internacional

4. PIB – Percentual de crescimento em relação ao ano anterior

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina	8.4	8.0	3.1	0.1	9.1	8.6	0.9	2.9	-2.5	2.4
Brasil	4.0	6.1	5.2	-0.3	7.5	2.7	1.0	2.5	0.1	-3.8
Bolívia	4.8	4.6	6.1	3.4	4.1	5.2	5.2	6.8	5.4	4.8
Chile	4.6	4.6	3.7	1.0	5.8	5.8	5.4	4.1	1.8	2.3
Equador	4.4	2.2	6.4	0.6	3.5	7.9	5.2	4.6	3.9	0.15
Uruguai	4.1	6.5	7.2	2.4	8.4	7.3	3.7	4.4	3.2	0.9
Venezuela	9.9	8.8	5.3	-3.2	-1.5	4.2	5.6	1.3	-3.8	-5.7

Fonte: Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, Cepal, 2014

5. Venezuela – Porcentual do valor dos bens petrolíferos na pauta de exportações

2006	94.6
2007	-
2008	95.6
2009	97.1
2010	95.7
2011	97.6
2012	-
2013	-

Fonte: Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, Cepal, 2014

NÓ ESTRUTURAL

O grande nó estrutural da economia venezuelana, há décadas, está na forma de lidar com sua fonte maior de riqueza. Em uma economia periférica, cercada por limitações políticas, econômicas, históricas,

tecnológicas e infra estruturais, o combustível não teve como propósito principal possibilitar o desenvolvimento interno, mas de se constituir como parte das dinâmicas econômicas dos países centrais.

A abundância natural conforma um regime extrativista e primário-exportador, inibindo a diversificação produtiva. No caso brasileiro, apesar de o país ter uma economia muito mais complexa e variada, uma política de combate à inflação que tem na valorização cambial um de seus pontos de apoio tende a inibir exportações de produtos de alto valor agregado. Isso acentua a reprimarização da economia e cria problemas de difícil solução.

Na Argentina, apesar da recuperação observada entre 2003 e 2010, o país seguiu com reduzido acesso ao mercado internacional de crédito até 2015, ou seja, o último ano de Cristina Kirchner.

INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO

Os governos reformistas da América Latina enfrentaram, assim, um paradoxo. Buscaram autonomia em relação às diretrizes econômicas neoliberais, emanadas a partir dos organismos multilaterais e dos países centrais, esboçaram um novo papel social para o Estado, reafirmaram sua soberania política, mas não lograram alterar significativamente o panorama econômico de seus países.

Nem mesmo o Mercosul, bloco gestado desde a década de 1960 e concretizado três décadas depois, conseguiu juntar forças para mudar qualitativamente a inserção internacional das economias continentais. A maior parte das cadeias produtivas dos países não é complementar entre si. Antes, seguem a rota e a estratégia de negócios traçada a partir das sedes das transnacionais.

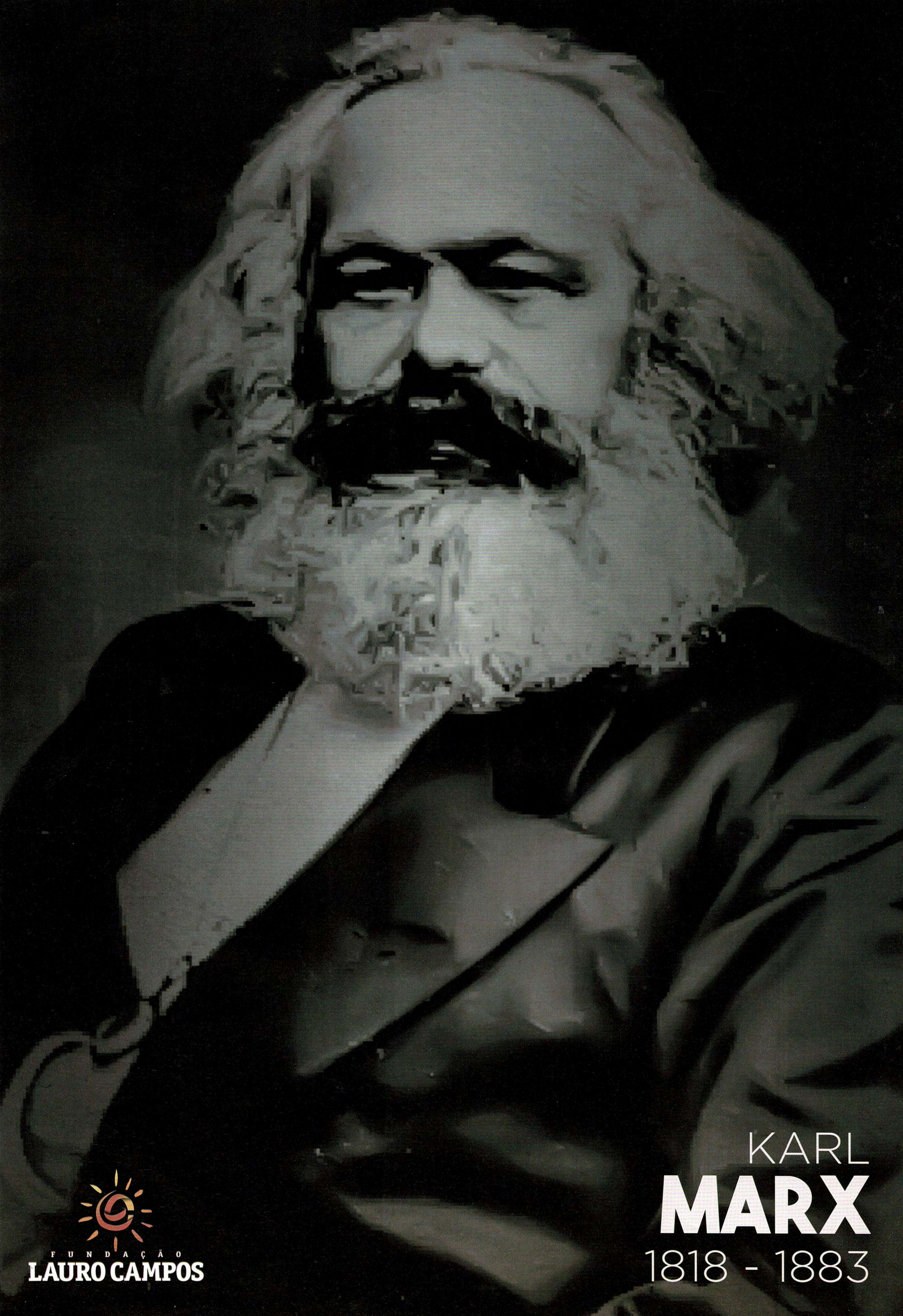
BONANÇA E LEGITIMIDADE

A legitimidade dos governos do ciclo progressista residiu em grande parte na retomada da expansão econômica e de alargamento de mercados internos, após quase duas décadas de virtual estagnação. As novas administrações somente se firmaram porque a vida da população pobre de fato melhorou. No âmbito político, aquela conjuntura possibilitou aos governos tomar a ofensiva nas disputas internas, deixando as oposições sem discurso e sem audiência. No entanto, a profundidade da crise internacional iniciada em 2008 evidenciou os limites do modelo que poderia ser classificado como “primário-desenvolvimentista”.

Uma profunda e radical mudança desse modelo está por ser realizada. Implica uma reconfiguração do papel do Estado na gestão econômica. Há um dado a ser levado em conta: no caso brasileiro, a base social de apoio a um projeto desse tipo é ínfima na sociedade. Ele subsiste com o uso maciço de uma pregação midiática mentirosa e o uso crescente da violência. Em uma sociedade complexa, não será fácil implantá-lo.



Gilberto Maringoni
é professor
de Relações
Internacionais
da Universidade
Federal do ABC



KARL
MARX

1818 - 1883



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

1818
2018



200 MARX

O mais odiado e caluniado homem de seu tempo

“ Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Contribuir, de um ou outro modo, com a queda da sociedade capitalista e de suas instituições estatais, contribuir com a emancipação do moderno proletariado, que primeiramente devia tomar consciência de sua posição e de seus anseios, consciência das condições de sua emancipação – essa era sua verdadeira missão em vida. O conflito era seu elemento. E ele combateu com uma paixão, com uma obstinação, com um êxito, como poucos tiveram. (...)

E por isso era Marx o mais odiado e mais caluniado homem de seu tempo. Governantes, absolutistas ou republicanos, exilavam-no. Burgueses, conservadores ou ultrademocratas competiam para caluniá-lo. Ele desvencilhava-se de tudo isso como se fosse uma teia de aranha, ignorava, só respondia quando era máxima a necessidade.

Ele faleceu reverenciado, amado, pranteado por milhões de companheiros trabalhadores revolucionários. (...) E eu me atrevo a dizer: ainda que ele tenha tido vários adversários, dificilmente teve algum inimigo pessoal.

Friedrich Engels


(Pronunciado no funeral de Karl Marx, em 18 de março de 1883)




SÉRIE DE ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES ESTADUAIS DO PSOL

TODA TERÇA E QUINTA

PSOL PELO BRASIL

 /fundacaolaurocampos

 Fundação Lauro Campos



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS